

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais – R\$ – exceto quando indicado de outro modo)

1. Informações gerais

A Minerva S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital aberto listada no “Novo Mercado” de governança corporativa e tem suas ações negociadas na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. As principais atividades da Companhia incluem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas, e exportação de gado vivo.

A Companhia tem suas ações negociadas na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão sob o código “BEEF3” e seus American Depositary Receipts (ADRs) nível 1 são negociados no mercado de balcão OTCQX International Premier, segmento da plataforma eletrônica operada pelo OTC Markets Group Inc., nos Estados Unidos.

Controladora

A Companhia tem sua sede social localizada na Av. Antônio Manso Bernardes, S/N - Chácara Minerva, Barretos (SP), com unidades de produção nacional localizadas em José Bonifácio (SP), Palmeiras de Goiás (GO), Araguaína (TO), Goianésia (GO), Barretos (SP), Campina Verde (MG), Janaúba (MG), Paranatinga (MT), Mirassol D'Oeste (MT) e Rolim de Moura (RO). Os centros de distribuição para o mercado interno estão localizados nas cidades de Aparecida de Goiânia (GO), Brasília (DF), Cariacica (ES), São Paulo (SP), Araraquara (SP), Taboão da Serra (SP), Cubatão (SP), Santos (SP), Belo Horizonte (MG), Maracanaú (CE), Uberlândia (MG), Cabo de Santo Agostino (PE), Itajaí (SC).

Em 31 de dezembro de 2020, o parque consolidado industrial da Companhia tinha uma capacidade diária de abate de 26.180 cabeças e de desossa de 4.616 toneladas levando em consideração as controladas da Athena Foods S.A. no exterior – no Uruguai (Pulsa S/A e Frigorífico Carrasco S/A), na Colômbia (Red. Cárnica S.A.), Paraguai (Frigomerc S/A) e Argentina (Pul Argentina S.A. controladora da Swift Argentina S.A.). Todas as plantas estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 05 continentes. A unidade fabril de Barretos (SP) conta com uma linha de industrialização de carnes (*cubedbeef* e *roastbeef*), principalmente para exportação.

Empresas controladas diretas e indiretas

Controladas diretas localizadas no Brasil:

- **Minerva Dawn Farms S.A. (Minerva Fine Foods):** iniciou suas atividades em 2009, estando localizada em Barretos (SP). Produz em diversas escalas e comercializa produtos à base de carne bovina, suína e de frangos e atende à demanda interna e externa no segmento de “Food Services”;
- **CSAP – Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.:** iniciou suas atividades em 2014, estando localizada em Barretos (SP), tendo como suas principais atividades, explorar a pecuária e a agropecuária mediante a criação e comercialização de gado vivo, ovino, suíno e outros animais vivos;
- **Minerva Foods Asia Assessoria Ltda. (ex: Intermeat – Assessoria e Comércio Ltda):** adquirida no primeiro trimestre de 2016, tem como atividade principal a prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de comércio exterior, para todo e qualquer ramo de atividade no setor alimentício. No 1º trimestre de 2019 foi efetuada sua baixa; e
- **Minerva Comercializadora de Energia Ltda.:** iniciou suas atividades em 2016, estando localizada em São Paulo (SP), tendo como sua principal atividade, comercialização de energia elétrica.

Controladas diretas localizadas no exterior:

- **Athena Foods S.A.:** sediada em Santiago no Chile (UY), iniciou suas atividades em 2018, tem como atividade principal a gestão de participações societárias e administração de bens próprios no Mercosul, tendo como controladas diretas a Pulsa S.A. (UY), Frigorífico Carrasco S.A. (UY), Frigomerc S.A. (PY), Pul Argentina S.A. (AR), Red Cárnica S.A.S (CO), Red Industrial Colombiana S.A.S (CO) e Minerva Foods Chile SPA (CL);
- **Lytmer S.A.:** sediada em Montevidéu no Uruguai (UY), tem como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo e prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “trading”;
- **Friasa S.A.:** localizada em Assunção no Paraguai (PY);
- **Minerva Middle East:** escritório localizado no Líbano para fins de comercialização e vendas de produtos da Companhia;
- **Minerva Colômbia SAS:** sediada em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- **Minerva Live Cattle Export SPA:** sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- **Minerva Meats USA.:** iniciou suas atividades em 2015 estando sediada em Chicago nos Estados Unidos, tendo como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “trading”;
- **Minerva Austrália Holdings PTY Ltd.:** iniciou suas atividades em 2016 estando sediada em Brisbane na Austrália, tendo como controlada direta a Minerva Ásia Foods PTY Ltd; e
- **Minerva Europe Ltd.:** iniciou suas atividades em 2017 estando sediada em Londres na Inglaterra, tendo como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “trading”;
- **Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas – Investimento no Exterior:** iniciou suas atividades em 2020 estando sediada no Brasil, tem como atividade principal fundo de investimentos, tendo como controlada direta a MF 92 Ventures LLC;
- **Minerva Foods FZE:** iniciou suas atividades em 2020 estando sediada nos Emirados Árabes, tem como atividade principal atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “trading”;

Controladas indiretas localizadas no exterior:

- **Pulsa S.A.:** frigorífico adquirido em janeiro de 2011, está localizado na Província de Cerro Largo, próximo à capital Melo, no Uruguai (UY). Opera no abate e desossa, com 85% de suas vendas destinadas ao mercado externo, principalmente os mercados Norte Americano e o Europeu;
- **Frigorífico Canelones S.A.:** frigorífico adquirido em julho de 2017, pela controlada indireta Pulsa S.A., localizado em Canelones no Uruguai (UY). Opera no abate, desossa e processamento de carne bovina, principalmente para cortes de carne refrigerados e congelados para exportação;
- **Frigorífico Carrasco S.A.:** frigorífico adquirido em abril de 2014, localizado em Montevideu no Uruguai (UY). Opera no abate, desossa e processamento de carne bovina e ovina, com aproximadamente 68% de suas vendas destinadas ao mercado externo;
- **Frigomerc S.A.:** frigorífico adquirido em outubro de 2012, localizado em Assunção no Paraguai (PY). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo. ;
- **BEEF Paraguay S.A.:** frigorífico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Frigomerc S.A., com sua sede localizada em Assunção no Paraguai (PY), se dedica às atividades de abate, desossa e processamentos de carnes;
- **Indústria Paraguaya Frigorífica S.A.:** frigorífico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Frigomerc S.A., com sua sede localizada em Assunção no Paraguai (PY), se dedica às atividades de abate, desossa e processamentos de carnes;
- **Pul Argentina S.A.:** iniciou suas atividades em 2016 estando sediada em Buenos Aires na Argentina, tendo como controlada direta a Swift Argentina S.A.;
- **Swift Argentina S.A.:** frigorífico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Pul Argentina S.A. com sua sede localizada em Buenos Aires (AR), dedicada às atividades de processamento e industrialização de carne bovina, comercializando marcas próprias e de terceiros, com destaque para os produtos Swift;
- **Red. Cárnica SAS:** frigorífico adquirido em julho de 2015, localizado em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo;
- **Red. Industrial Colombiana SAS:** planta adquirida em julho de 2015, localizada em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO), cujo objeto principal é elaboração de produtos para animais, especificamente, farinha de carne/osso, sangue e sebo;
- **Minerva Foods Chile SPA:** sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a comercialização e vendas de produtos da Companhia;
- **Minerva Ásia Foods PTY Ltd:** como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios “trading”.
- **MF 92 Ventures LLC:** iniciou suas atividades em 2020 estando sediada nos Estados Unidos, tem como atividade principal holding de investimentos

Transportes de cargas

- **Transminerva Ltda.:** localizada em Barretos (SP) opera no transporte de cargas atendendo à Companhia reduzindo seus gastos de fretes no país.

Empresas de Propósito Específico (EPE) para captação de recursos financeiros

- **Minerva Overseas I:** localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2006 para emissão de “Bonds” e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 200 milhões ocorrido em janeiro de 2007;
- **Minerva Overseas II:** localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2010 para emissão de “Bonds” e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 250 milhões ocorrido naquela data;

- **Minerva Luxembourg S.A.:** localiza-se em Luxemburgo, constituída em 2011 para o propósito específico de emissão de “*Bonds*” e recepção dos recursos financeiros de US\$ 350 milhões e posterior “Retap” de US\$ 100 milhões ocorridos em fevereiro e março de 2012, respectivamente. Ainda no 1º trimestre de 2013, a mesma realizou uma operação de “oferta de recompra de títulos” utilizando os recursos financeiros obtidos com a emissão das notas de 2023 de US\$ 850 milhões com juros de 7,75% ao ano, bem como, procedeu no 3º trimestre de 2014 uma operação de “Retap” das notas de 2023 de US\$ 200 milhões. Durante o 3º trimestre de 2016, realizou uma oferta de US\$ 1 bilhão com juros de 6,50% ao ano, onde realizou a recompra das notas de 2023 no montante de US\$ 617.874. No 2º trimestre de 2017, realizou uma operação de “Retap” das notas de 2026 de US\$ 350 milhões. Durante o 4º trimestre de 2017, realizou uma oferta de US\$ 500 milhões com juros de 5,875% ao ano, onde realizou a recompra das notas de 2023 no montante de US\$ 198.042.

Demais controladas em fase pré-operacional

- **Minerva Log S.A. (logística)**

As controladas diretas e indiretas acima citadas compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas		
Minerva Dawn Farms S/A	100,00%	100,00%
Friasa S/A	99,99%	99,99%
Minerva Overseas I	100,00%	100,00%
Minerva Overseas II	100,00%	100,00%
Minerva Middle East	100,00%	100,00%
Transminerva Ltda.	100,00%	100,00%
Minerva Log	100,00%	100,00%
Minerva Colômbia S.A.S	100,00%	100,00%
Lytmer S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Live Cattle Export Spa	100,00%	100,00%
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Meats USA Inc.	100,00%	100,00%
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	100,00%
Minerva Australia Holdings PTY Ltd	100,00%	100,00%
Minerva Europe Ltd.	100,00%	100,00%
Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações		
Multiestratégicas - Investimento no Exterior	100,00%	-
Minerva Foods FZE	100,00%	-
Athena Foods S.A.	100,00%	100,00%

	31/12/2020	31/12/2019
Controladas indiretas		
Frigorífico Carrasco S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Foods Chile Spa	100,00%	100,00%
Red Cárnica S.A.S	100,00%	100,00%
Red Industrial Colombiana S.A.S	100,00%	100,00%
Pulsa S.A.	100,00%	100,00%
Frigorífico Canelones S.A.	100,00%	100,00%
Frigomerc S/A	100,00%	100,00%
BEEF Paraguay S.A.	99,99%	99,99%
Industria Paraguaya Frigorífica S.A.	99,99%	99,99%
Pul Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Swift Argentina S.A.	99,99%	99,99%
Minerva Ásia Foods PTY Ltd	100,00%	100,00%
MF 92 Ventures LLC	100,00%	-

Economia hiperinflacionária – Argentina

Em 30 de junho de 2018, de acordo com a avaliação realizada por diferentes participantes do mercado, a economia argentina foi considerada como hiperinflacionária a partir do dia 1º de julho de 2018, com o resultado da desvalorização do peso argentino e do incremento do nível geral de preços observado em períodos recentes, a inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%.

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das subsidiárias que atuam em uma economia altamente inflacionária devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Concluímos que os reflexos deste impacto inflacionário, certamente não relevantes, decorrentes de nossas controladas argentinas foram inicialmente apurados consistentemente e contabilizados a partir das nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2018.

Covid-19

Impactos econômicos

A pandemia obrigou a Companhia a proceder com adequações em suas instalações, bem como incorrer em algumas despesas relacionadas a aquisição de EPIs, testagem de funcionários e iniciativas de apoio a comunidade, relacionadas a doações de equipamentos, alimentos e utensílios de saúde e higiene pessoal. Essas despesas totalizaram, até 31 de dezembro de 2020, o montante aproximado de R\$ 40.350.

No que tange às operações, assistimos a uma queda substancial nas compras do segmento de “*food service*” no Brasil e na Europa, que foram compensadas por elevações nas vendas externas para os países asiáticos, com destaque para a China. A desvalorização cambial do Real no período impactou positivamente na rentabilidade, no faturamento e no lucro operacional das operações de exportação nesse período. A Receita bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 20.554.274 no ano de 2020, aumento de 13% na comparação com o exercício de 2019. Em 2020, as exportações atingiram 68% da receita bruta, mantendo a Companhia como a líder em exportação de carne bovina na América do Sul.

Por outro lado, também registramos o impacto adverso no total do endividamento em moeda estrangeira, que acabou se elevando.

Não obstante, a política de *hedge* cambial da Companhia mostrou-se eficiente, pois amorteceu os impactos da depreciação cambial, reduzindo o efeito final no endividamento líquido da Companhia.

Em um ano imersos em um cenário de incertezas, resultante da pandemia, a administração da Companhia priorizou a identificar riscos, avaliação dos impactos e adaptar das operações. Todos os nossos esforços foram direcionados para assegurar a oferta dos produtos, e, ao mesmo tempo, proteger os colaboradores e apoiar nossos clientes e fornecedores.

A companhia segue com a contribuição ao combate do novo Coronavírus, por meio de ações de solidariedade, doações e apoio as nossas comunidades.

A Administração da Companhia avaliou, com base nas informações disponíveis, os impactos causados pela Covid-19 nas operações e na posição financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que, até a presente data, não existem atualizações relevantes a serem divulgadas.

2. Combinação de negócios

Em 24 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou ao mercado a realização de uma operação de proposta de permuta de ativos, no qual, ficou estabelecido que a Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig") transferiria à Companhia um ativo denominado de planta de Paranatinga, cuja operação é o processamento de alimentos derivados de bovinos e aves, possuindo a sua localização em Paranatinga, e a Companhia, transferiria à Marfrig um ativo denominado de planta de Várzea Grande, com torna paga pela Marfrig em favor da Companhia, nos termos definidos no Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças ("Contrato de Permuta de Ativos"), celebrado entre a Companhia e Marfrig, figurando ainda a BRF S.A. como interveniente anuente da transação.

No dia 19 de fevereiro de 2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), decidiu pela aprovação definitiva da operação da Permuta de Ativos entre a Companhia e a Marfrig.

A Marfrig efetuou o pagamento a Companhia, a título de torna pela Permuta da Planta de Várzea Grande, o montante de R\$46.000 (quarenta e seis milhões), que foram pagos da seguinte forma:

- A primeira parcela no montante de R\$20.500 (vinte milhões e quinhentos mil) no dia 20 de fevereiro de 2019; e
- A segunda parcela no montante de R\$25.500 (vinte milhões e quinhentos mil) no dia 16 de abril de 2019.

A operação teve como objetivo, elevar a liquidez financeira mediante o recebimento de caixa e equivalentes de caixa na transação, mantendo-se o nível da produção média atual no estado do Mato Grosso com a aquisição da planta de Paranatinga, com um elevado uso da capacidade operacional desta unidade industrial.

O valor contábil de Várzea Grande na data-base, antes da transferência para a Marfrig, foi mensurado a valor justo por meio do método do "Fluxo de Caixa Descontado (DCF)", nas informações contábeis da Companhia, como requerido pelo CPC 15 (R1), em seu parágrafo 37. O valor justo estimado de Várzea Grande foi de R\$ 317.322 e o valor residual dos ativos líquidos transferidos foi de R\$ 287.342.

Considerando o valor dos ativos líquidos identificados de Paranatinga no valor de R\$153.478 e o valor recebido de R\$46.000, apurou-se um *goodwill* na transação de R\$87.864.

Conforme contrato firmado entre as partes, além da transferência dos ativos da unidade Várzea Grande para a Marfrig, foram também transferidos os respectivos empregados alocados na unidade, excluídos empregados chave da Companhia.

Apresentamos a seguir o balanço patrimonial (resumido) da unidade de Paranatinga em 01 de abril de 2019, elaboradas nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de negócios com base no valor justo (*fair value*) dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

Balanço Patrimonial da unidade de Paranatinga

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO		PASSIVO	
	Valor Justo 01/04/2019		Valor Justo 01/04/2019
Circulante		Circulante	
		Obrigações trabalhistas	4.308
Não Circulante		Não Circulante	
Imobilizado	157.786		
		Patrimônio Líquido	
		Patrimônio líquido	153.478
Total do Ativo	157.786	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	157.786

Para fins desta combinação de negócio, foram considerados exclusivamente os ativos imobilizados e obrigações trabalhistas, não abrangendo estoques, insumos, almoxarifado, outros ativos, passivos, contingências e obrigações.

A seguir demonstramos o balanço patrimonial de Várzea Grande, assim como os ativos e passivos que não fizeram parte da operação:

Balanço Patrimonial da unidade de Várzea Grande

Valores expressos em milhares de reais

Balanço Patrimonial - valor contábil e valor justo

ATIVO		PASSIVO	
	Valor Justo 01/04/2019		Valor Justo 01/04/2019
Circulante		Circulante	
Caixa equivalente de caixa	52.763	Fornecedores	28.149
Contas a receber de clientes	59.848	Obrigações tributárias	928
Estoques	6.108	Obrigações trabalhistas	10.942
Tributos a recuperar	346	Outras contas a pagar	4.156
Outros recebíveis	9	Total Passivo Circulante	44.175
Total Ativo Circulante	119.074		
Não Circulante		Não Circulante	
Depósitos judiciais	3.875	Provisões para contingências	4.075
Partes relacionadas	3.637	passivo fiscal diferido	10.716
Outros recebíveis	5	Total Passivo não Circulante	14.791
Imobilizado	121.579		
Intangível	128	Patrimônio Líquido	
Total Ativo não Circulante	129.224	Patrimônio líquido	189.332
		Total Patrimônio Líquido	189.332
Total do Ativo	248.298	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	248.298

Ativos que não fizeram parte do negócio

Em milhares de reais

01/04/2019

Patrimônio líquido	189.332
(-) Caixa e equivalente de caixa	(52.763)
(i) PL - caixa líquido	136.569

Ativos que fizeram parte da Combinação de Negócios:

Ativo imobilizado	121.579
Obrigações trabalhistas	(4.274)
Passivo fiscal diferido	(10.716)
(si) Ativos líquidos da combinação de negócios	106.589

(i–ii) Ativos líquidos que não fazem parte da combinação de negócios.	29.980
--	---------------

Determinação do *goodwill*

Considerando que o valor justo da contraprestação transferida superou o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, como se pode observar no quadro abaixo, a aquisição do controle da unidade de Paranatinga resultou em reconhecimento de *goodwill* pela Companhia, conforme a seguir:

Apuração do *goodwill*

Em milhares de reais

01/04/2019

Preço de aquisição (unidade de negócio Várzea Grande)	317.322
(-) Ativos líquidos que não fazem parte da combinação	(29.980)
(i) Contraprestação transferida	287.342
Menos:	
Valor Justo do patrimônio líquido da adquirida	153.478
Torna	46.000
(i) Patrimônio líquido a valor justo	199.478
(i - ii) Goodwill	87.864

O *goodwill* no montante de R\$ 87.864 foi registrado no balanço patrimonial, na rubrica "Intangível" das demonstrações contábeis da Companhia.

Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2021.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação Societária Brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4. Resumo das principais políticas contábeis

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera.

Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influência significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

c) Operações no exterior

As empresas controladas diretas e indiretas no exterior adotaram as seguintes moedas funcionais para as Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020:

- **Moeda guarani (Paraguai-PY)** – Friasa S.A.;
- **Moeda dólar norte americano (US\$)** – Athena Foods S.A., Frigomerc S.A., Pulsa S.A., Frigorífico Carasco S.A., Lytmer S.A.; Minerva Overseas I, Minerva Overseas II, Minerva Meat USA, Minerva USA LLC, Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas – Investimento no Exterior, MF92 Venture LLC e Minerva Luxembourg;
- **Moeda libra esterlina (GBP)** – Minerva Europe Ltd.;
- **Moeda peso/chileno** – Minerva Foods Chile SpA e Minerva Live Cattle Export SPA;
- **Moeda peso/colombiano** – Minerva Colômbia S.A.S, Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S;
- **Moeda dólar australiano** – Minerva Austrália Holdings PTY Ltd.; Minerva Asia Foods PTY Ltd.;
- **Peso/ argentino** – Pul Argentina S.A.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais – R\$ por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real – R\$, na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao Patrimônio Líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do período/exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte;
- As receitas, custos e despesas do período/exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de “Outros resultados abrangentes”;
- Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Companhias do “Grupo Minerva” que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício ou períodos apresentados. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de “outros resultados abrangentes” e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente.

Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

f) Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do “Grupo”, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

g) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

h) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias:

i) ativos mensurados ao custo de amortização; **ii)** valor justo por meio do resultado; ou **iii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- **Custo de amortização:** os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: **i)** os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais; e **ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado;
- **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado;
- **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: **i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: **i)** instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou **ii)** instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento.

Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento ativos financeiros:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivo financeiro ao custo amortizado:** a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.
- **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.
- **Desreconhecimento passivos financeiros:** os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda (*Non Deliverable Forward – NDF*), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotou por sua opção a política de contabilização pelo método do *hedge accounting*. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório.

j) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das informações contábeis. É constituída Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

k) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

l) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to market - MtM*".

m) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o período corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora a.a.	Consolidado a.a.
Edifícios	2,90%	2,42%
Máquinas e equipamentos	9,05%	8,72%
Móveis e utensílios	10,24%	8,84%
Veículos	7,09%	6,85%
Hardware	20,09%	19,30%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 20, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

n) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos são considerados como arrendamento mercantil quando atender a ambas as condições abaixo:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

o) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controladas

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

p) Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment test*”)

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício ou período corrente e diferido das Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis.

v) Reconhecimento da receita de vendas

As receitas da Companhia derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas no momento em que a obrigação de desempenho é atendida e cujas mercadorias são destinadas aos mercados interno e externo.

As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia na determinação do seu reconhecimento contábil por parte da Companhia.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia espera ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia satisfaça sua obrigação de desempenho.

A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 22.

w) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

x) Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

y) Novas normas, alterações e interpretações:

Durante o exercício de 2020, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3);
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações às referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

z) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional como parte das Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas compõem-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	347	392	488	878
Bancos conta movimento	3.224	2.726	516.778	181.951
Disponibilidades em moedas estrangeiras	4.270.748	3.012.863	4.271.075	3.036.988
Total	4.274.319	3.015.981	4.788.341	3.219.817

Aplicações financeiras

Em moeda nacional

Certificado Depósito Bancário (CDB)	1.006.220	403.867	1.102.768	411.124
Debêntures	15.005	604.212	30.009	667.841
Outros ativos financeiros	127.211	-	470.311	170.905
Total	1.148.436	1.008.079	1.603.088	1.249.870
Total	5.422.755	4.024.060	6.391.429	4.469.687

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram classificadas conforme suas características e sua intenção, mensurados pelo valor justo por meio do resultado e estão demonstradas resumidamente como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.148.436	1.008.079	1.603.088	1.249.870
Total	1.148.436	1.008.079	1.603.088	1.249.870

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a receber - mercado interno	264.914	148.953	725.936	553.362
Duplicatas a receber - mercado externo	364.511	392.330	1.469.000	1.252.731
Duplicatas a receber - partes relacionadas	302.565	17.631	-	-
Total	931.990	558.914	2.194.936	1.806.093
(-) Perdas esperadas com créditos	(30.121)	(20.444)	(50.939)	(27.879)
Total	901.869	538.470	2.143.997	1.778.214

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	688.290	292.807	1.841.173	1.421.671
Vencidas:				
Até 30 dias	120.226	73.337	170.375	155.023
De 31 a 60 dias	27.649	26.408	37.972	33.659
De 61 a 90 dias	8.132	11.957	13.364	13.006
Acima de 91 dias	87.693	154.405	132.052	182.734
Total	931.990	558.914	2.194.936	1.806.093

A movimentação das perdas esperadas com créditos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão assim representadas:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2019	(16.813)	(20.355)
Créditos provisionados	(3.856)	(7.935)
Créditos recuperados	336	663
Variação cambial	(111)	(252)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(20.444)	(27.879)
Créditos provisionados	(12.741)	(24.802)
Créditos recuperados	3.712	4.019
Créditos baixados	15	15
Variação cambial	(663)	(2.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(30.121)	(50.939)

A Companhia tem à sua disposição um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para alienação de partes de seus recebíveis do mercado interno, no montante de R\$ 164.735 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 167.122), sem coobrigação ou direito de regresso, sendo R\$ 10.115 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 9.017) constituídos por cotas subordinadas.

O percentual de participação e o número de cotas no FIDC referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao FIDC.

Conforme Circular CVM nº 01/2017, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e conseqüentemente, exposição aos riscos advindos da mesma. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de *default* limitado as suas cotas subordinadas.

Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência, os quais são verificados pelo baixo valor de créditos provisionados, quando comparado com receitas de vendas realizadas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	427.140	402.069	862.211	613.864
Almoxarifados e materiais secundários	34.667	28.476	135.752	100.701
Total	461.807	430.545	997.963	714.565

8. Ativos biológicos

A Companhia e suas controladas que possuem atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market* (MtM)", menos as despesas estimadas de vendas, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios.

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebanho	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	129.794	156.698
Aumento devido a aquisições	241.884	317.706
Diminuição devido a vendas	(194.560)	(264.666)
Diminuição líquida devido aos nascimentos (mortes)	(2.782)	(3.274)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	28.837	29.309
Saldo em 31 de dezembro de 2019	203.173	235.773
Aumento devido a aquisições	234.352	523.025
Diminuição devido a vendas	(205.309)	(462.462)
Diminuição líquida devido aos nascimentos (mortes)	(1.389)	(1.787)
Ajuste de conversão	-	1.741
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	32.394	54.940
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263.221	351.230

Em 31 de dezembro de 2020, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 52.521 bovinos (em 31 de dezembro de 2019, 52.332), os animais mantidos em confinamento eram compostos de 24.744 bovinos (em 31 de dezembro de 2019, 12.537).

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Programa de Integração Social (PIS)	99.983	90.697	99.988	90.805
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	307.463	259.550	307.509	260.061
Reintegra	1.381	1.381	14.756	12.981
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	92.509	73.675	108.691	87.716
IRPJ e CSLL	292.738	272.309	346.336	290.060
IVA	-	-	251.052	148.830
Outros tributos a recuperar	20.106	19.432	75.768	52.161
Total	814.180	717.044	1.204.100	942.614
Circulante	621.895	537.657	1.011.815	763.227
Não circulante	192.285	179.387	192.285	179.387

PIS e a Cofins

Os créditos do PIS e da Cofins são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras. Em 30 de maio de 2018, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Lei nº 13.670, que permitiu a compensação desses créditos para pagamento de débitos previdenciários, reduzindo assim, significativamente o acúmulo dos créditos.

Atualmente, a Companhia e suas controladas finalizaram a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, foram devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB), o que vem gerando um valor significativo de restituição destes créditos no decorrer dos exercícios de 2021 e 2022.

Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida a segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 132.904 na controladora e no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretaria da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

Do mencionado saldo credor, parte substancial encontra-se em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo dos exercícios de 2021 e 2022.

Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totaliza o montante de R\$ 39.993 na controladora e no consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições na descrição abaixo, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

Mútuos a receber

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Minerva Dawn Farms S.A. (a)	16.445	54.335
Transminerva Ltda. (b)	-	26.588
Minerva Overseas Ltd (c)	692.103	536.773
Minerva Luxemburg S.A. (d)	1.361.990	468.886
Athena S.A. (e)	1.143.142	1.047.826
Total	3.213.680	2.134.408

(a) Empréstimo efetuado à Minerva Dawn Farms S.A. para capital de giro;

(b) Despesas da controlada Transminerva Ltda. e capital de giro, reembolsadas no exercício de 2020;

(c) Empréstimo efetuado à Minerva Overseas Ltda., a ser reembolsado;

(d) Empréstimo efetuado a Minerva Luxemburg S.A., a ser reembolsado;

(e) Empréstimo efetuado a Athena S.A., a ser reembolsado.

Mútuos a pagar	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Minerva Overseas II (a)	1.469.124	1.583.798
Minerva Log S.A. (b)	2	2
Total	1.469.126	1.583.800

(a) Empréstimo efetuado pela Minerva Overseas II à controladora;

(b) Empréstimo efetuado pela Minerva Log S.A. à controladora.

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

Contas a pagar - Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Minerva Dawn Farms S/A	5.582	13.638	-	-
Transminerva Ltda.	-	8	-	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	8.575	21.479	-	-
Athena S.A.	27.439	10.833	-	-
Lytmer S.A.	5	17	-	-
Minerva Europe Ltd	162	-	-	-
Aquisição de outras partes relacionadas	14.805	12.028	14.805	15.330
Total	56.568	58.003	14.805	15.330

Contas a receber de clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Minerva Dawn Farms S/A	222	218	-	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	11.737	6.982	-	-
Athena S.A.	27.206	10.431	-	-
Minerva Europe Ltd	1.416	-	-	-
Minerva Meats USA, INC.	261.984	-	-	-
Total	302.565	17.631	-	-

Receita de vendas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Minerva Dawn Farms S.A.	25	76	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	-	915	-	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A..	128	1.451	-	-
Lytmer S.A.	-	1.422	-	-
Athena S.A.	52.052	68.390	-	-
Minerva Europe Ltd	2.609	-	-	-
Minerva Meats USA, INC.	284.844	-	-	-
Total	339.658	72.254	-	-

Compras				
Minerva Dawn Farms S.A.	36.502	72.056	-	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	215.422	91.801	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	11.091	11.821	-	-
Lytmer S.A.	-	594	-	-
Athena S.A.	213.931	169.584	-	-
Total	476.946	345.856	-	-

Compras de bovinos:				
Aquisição de outras partes relacionadas (a)	96.944	97.949	96.944	102.273
Total aquisição de outras partes relacionadas	96.944	97.949	96.944	102.273

(a) Saldo a pagar a outras partes relacionadas, refere-se à aquisição de bovinos com empresas pertencentes a acionistas da Companhia, realizadas com base em preços e prazo em condições de mercado realizados com partes não relacionadas.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de compras e vendas mercantis e empréstimo de mútuo, de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram registradas quaisquer provisão para perdas esperadas com créditos, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (Conselheiros de Administração, Conselho Fiscal e Diretores estatutários da Companhia) no montante de R\$ 33.708 (R\$ 30.326 em 31 de dezembro de 2019). Toda a remuneração é de curto prazo, conforme demonstrativo a seguir:

	Membros 2020	31/12/2020	31/12/2019
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	18	33.708	30.326
Total		33.708	30.326

Os membros suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

Em caso de rescisão de contrato de trabalho não existem quaisquer benefícios pós-mandato. O pessoal-chave da Companhia ainda conta com uma remuneração baseada em ações, conforme informações detalhadas do plano de opção de ações, apresentado na Nota Explicativa nº 20 (i). Abaixo apresentamos as movimentações deste plano referentes ao pessoal-chave:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Número de opções	Preço médio ponderado	Número de opções	Preço médio ponderado
Em circulação no início do exercício	-	-	400.000	5,60
Outorgadas durante o exercício	840.000	6,16	-	-
Exercidas durante o exercício	(840.000)	6,16	(400.000)	5,60
Expiradas durante o exercício	-	-	-	-
Em circulação no final do exercício	-	-	-	-

O total do custo do plano nas datas de outorga no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, correspondentes aos valores justos das opções, foi de R\$ 1.764.

11. Investimentos

A movimentação dos investimentos da Minerva S.A. em controladas está demonstrada a seguir:

	Participação Percentual	Saldo em 31/12/2019	Transferências	Ajuste de conversão	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)		133.667	-	-	-	-	133.667
Minerva Overseas Ltd	100.00%	197.868	-	57.246	-	(18)	255.096
Minerva Overseas Ltd II	100.00%	334.528	141.554	(476.063)	-	(19)	-
Minerva Middle East	100.00%	37	-	-	-	-	37
Minerva Log S.A.	100.00%	22	-	-	-	-	22
Minerva Dawn Farms S.A.	100.00%	59.706	-	-	50.000	(26.864)	82.842
Minerva Colombia SAS	100.00%	4.996	-	1.155	-	(369)	5.782
Lytmer S.A.	100.00%	35.108	-	10.427	-	(9.022)	36.513
Minerva Live Cattle Export S.A.	100.00%	8.767	-	3.228	-	(402)	11.593
Minerva Meats USA LLC	100.00%	523	-	(7.491)	68.596	33.543	95.171
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100.00%	226.868	-	-	-	18.241	245.109
Minerva Australia Holdings PTY Ltd. (*)	100.00%	45.817	-	19.470	-	4.410	69.697
Minerva Europe Ltd	100,00%	373	-	(763)	2.822	1.331	3.763
Transminerva Ltda.	100.00%	-	134	-	-	(134)	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100.00%	-	946	-	-	17.890	18.836
Athena Foods S.A. (*)	100,00%	1.634.759	-	392.964	-	412.341	2.440.064
MF 92 Ventures LLC	100,00%	-	(21.376)	-	21.376	-	-
Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações							
Multiestrategicas – Investimento no Exterior	100,00%	-	21.376	-	200	(110)	21.466
Minerva FOODS FZE	100,00%		-	-	5.356	-	5.356
Investimentos		2.683.039	142.634	173	148.350	450.818	3.425.014
Transminerva Ltda.	100.00%	(26.494)	(134)	-	26.688	(346)	(286)
Minerva Luxemburg	100.00%	(2.064.349)	-	(598.525)	102.551	(208.065)	(2.768.388)
Minerva Overseas Ltd II	100.00%	-	(141.554)	-	-	-	(141.554)
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100.00%	(2.493)	(946)	-	-	3.439	-
Provisão para perdas em investimentos		(2.093.336)	(142.634)	(598.525)	129.239	(204.972)	(2.910.228)
Investimentos líquidos		589.703	-	(598.352)	277.589	245.846	514.786

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas (Vide Nota Explicativa nº 1):

- **Pulsa S.A.:** consolidada a controlada Frigorífico Canelones S.A.;

- **Frigomerc S/A.**; consolidada as controladas BEEF Paraguay S.A. e Industria Paraguaya Frigorífica S.A.;
- **Minerva Australia Holdings PTY Ltd.**; consolidada a controlada Minerva Ásia Foods PTY Ltd.;
- **Pul Argentina S.A.**; consolidada a controlada Swift Argentina S.A.;
- **Athena Foods S.A.**; consolidada as controladas Pulsa S.A., Frigorífico Carrasco S.A., Frigomerc S.A., Pul Argentina S.A., Red Cárnica S.A.S, Red Industrial Colombiana S.A.S e Minerva Foods Chile SPA;
- **Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas – Investimento no Exterior**: consolidada a controlada MF 92 Ventures LLC.

Sumário das demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2020:

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Minerva Overseas Ltd.	100.00%	37	947.162	-	692.103	255.096
Minerva Overseas II Ltd.	100.00%	110	1.469.124	-	1.610.788	(141.554)
Minerva Middle East Ltd.	100.00%	37	-	-	-	37
Minerva Dawn Farms S.A.	100.00%	17.969	89.338	6.474	17.991	82.842
Minerva Luxemburg S.A.	100.00%	322.647	7.335.083	180.241	10.245.877	(2.768.388)
Friasa S.A.	99.99%	-	-	-	-	-
Transminerva Ltda.	100.00%	47	177	-	511	(287)
Minerva Log S.A.	100.00%	20	2	-	-	22
Lytmer S.A.	100.00%	12.133	26.142	1.761	-	36.514
Minerva Colombia SAS	100.00%	5.802	32	51	-	5.783
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100.00%	109.987	12.434	89.175	14.410	18.836
Minerva Live Cattle Export Spa	100.00%	13.231	12.346	13.984	-	11.593
Minerva Meats USA LLC	100.00%	318.429	125	223.384	-	95.170
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100.00%	251.064	-	5.955	-	245.109
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	100.00%	63.163	19.969	11.860	1.574	69.698
Minerva Europe Ltd	100.00%	3.763	-	-	-	3.763
Athena Foods S.A. (*)	100.00%	2.645.604	2.573.381	1.334.961	1.443.960	2.440.064
Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas - Investimento no Exterior	100.00%	133	21.374	41	-	21.466
Minerva Foods FZE	100.00%	5.356	-	-	-	5.356
Total		3.769.532	12.506.689	1.867.887	14.027.214	381.120

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas (Vide Nota Explicativa nº 1):

- **Athena Foods S.A.**; consolidada as controladas Pulsa S.A., Frigorífico Carrasco S.A., Frigomerc S.A., Pul Argentina S.A., Red Cárnica S.A.S, Red Industrial Colombiana S.A.S e Minerva Foods Chile SPA.

A seguir, apresentamos o resultado das controladas que tiveram movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Minerva Overseas Ltd	-	(18)	-	(10)
Minerva Overseas II Ltd	-	(19)	-	(24)
Minerva Dawn Farms S.A.	33.418	(26.864)	60.277	(5.177)
Minerva Luxemburg S.A.	-	(208.065)	-	(241.536)
Friasa S.A.	-	-	-	-
Transminerva Ltda.	-	(480)	-	365
Minerva Log S.A.	-	-	-	-
Lytmer S.A.	7.820	(9.022)	143.510	(13.655)
Minerva Colombia SAS	-	(369)	-	(980)
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	218.658	21.328	104.742	(3.230)
Minerva Live Cattle Spa	-	(403)	-	86
Minerva Meats USA LLC	382.907	33.542	-	-
Minerva Foods Asia Assessoria Ltda	-	-	-	(115)
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	493.380	18.240	986.860	146.324
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	369.325	4.411	368.565	3.028
Minerva Europe Ltd	9.318	1.331	1.390	-
Athena S.A.	8.669.606	412.342	7.262.735	187.479
Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestrategicas – Investimento no Exterior	-	(108)	-	-
Minerva FOODS FZE	-	-	-	-
Total	10.184.432	245.846	8.928.079	72.555

Todos os valores estão expressos a 100% dos resultados das controladas.

12. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31/12/2020 e 31/12/2019:

Controladora

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2020 Líquido	31/12/2019 Líquido
Edifícios	2,90% a.a.	1.099.493	(228.508)	870.985	859.926
Máquinas e equipamentos	9,05% a.a.	1.207.947	(450.948)	756.999	739.150
Móveis e utensílios	10,24% a.a.	12.886	(6.278)	6.608	6.207
Veículos	7,09% a.a.	31.485	(9.375)	22.110	24.188
Hardware	20,09% a.a.	20.371	(10.964)	9.407	6.757
Terrenos		84.031	-	84.031	84.031
Imobilizações em andamento		88.790	-	88.790	151.510
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
Total		2.523.485	(706.073)	1.817.412	1.850.251

Consolidado

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2020 Líquido	31/12/2019 Líquido
Edifícios	2,42% a.a.	2.554.505	(557.251)	1.997.254	1.748.136
Máquinas e equipamentos	8,72% a.a.	2.529.863	(1.128.501)	1.401.362	1.262.731
Móveis e utensílios	8,84% a.a.	42.769	(14.481)	28.288	23.699
Veículos	6,85% a.a.	57.721	(33.468)	24.253	27.764
Hardware	19,30% a.a.	38.792	(24.432)	14.360	10.357
Terrenos		381.232	-	381.232	303.739
Imobilizações em andamento		253.433	-	253.433	233.172
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
Total		5.836.797	(1.758.133)	4.078.664	3.588.080

b) Movimentação sumária do imobilizado no período de 01/01/2020 a 31/12/2020:

Controladora	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andamento	Provisão p/ redução ao valor recup. de ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2019	859.926	739.150	6.207	24.188	6.757	84.031	151.510	(21.518)	1.850.251
Adições	-	336	-	-	-	-	99.360	-	99.696
Transferências	40.348	114.850	1.430	254	5.198	-	(162.080)	-	-
Alienações	-	(45)	(65)	-	(4)	-	-	-	(114)
Depreciação	(29.289)	(97.292)	(964)	(2.332)	(2.544)	-	-	-	(132.421)
Saldo 31 de dezembro de 2020	870.985	756.999	6.608	22.110	9.407	84.031	88.790	(21.518)	1.817.412

Consolidado	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e Utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andamento	Provisão p/ redução ao valor recup. de ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2019	1.748.136	1.262.731	23.699	27.764	10.357	303.739	233.172	(21.518)	3.588.080
Adições	9.066	14.195	976	62	553	-	290.473	-	315.325
Transferências	83.010	172.930	2.473	280	6.408	18.209	(283.310)	-	-
Alienações	-	(150)	(81)	(46)	(4)	-	-	-	(281)
Depreciação	(70.661)	(205.253)	(4.060)	(3.627)	(3.970)	-	-	-	(287.571)
Ajuste de conversão	136.756	49.285	3.545	(237)	1.016	17.918	8.255	-	216.538
Correção Monetária de Balanço	90.947	107.624	1.736	57	-	41.366	4.843	-	246.573
Saldo 31 de dezembro de 2020	1.997.254	1.401.362	28.288	24.253	14.360	381.232	253.433	(21.518)	4.078.664

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: ampliação da capacidade de congelamento e estocagem de produtos acabados e câmara pulmão, atendimento às normas regulatórias (NR's), ambientais e de segurança do trabalho, benfeitorias para melhoria de eficiência operacional e atendimento aos mercados mais rentáveis, das plantas e centros de distribuições.

d) Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, desde 2013 a planta industrial de Goianésia (GO), por questões estratégicas, encontra-se subutilizada. Desta forma, a análise do valor da planta por geração de caixa foi prejudicada, neste sentido optou-se pela avaliação do valor de venda líquido das despesas de vendas. Com base em avaliação realizada por empresa independente, foi identificado que a referida planta possui um valor superior ao seu valor de realização por venda de R\$ 34.175, sendo R\$ 21.518 de imobilizado e R\$ 12.657 por expectativa por rentabilidade futura, o qual originou o registro de provisão para o valor recuperável.

e) Valores oferecidos em garantia

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 58.093 (R\$ 73.514 em 31 de dezembro de 2019).

12.1. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os impactos da nova norma e optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos. Os seguintes critérios foram adotados no reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes;
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

- i. Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento;
- ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A seguir, apresentamos a tabela com o resumo dos impactos na transição e movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Direito de uso em arrendamento

Controladora	Edifícios	Terrenos	Veículos	Hardware	Máq. e equipam.	Total
Adoção inicial 01 de janeiro de 2019						
	39.026	2.312	11.318	2.464	-	55.120
Adições	1.296	-	1.922	-	-	3.218
Baixas	(11.789)	-	-	-	-	(11.789)
Depreciação	(4.078)	(231)	(2.763)	(1.025)	-	(8.097)
Saldo 31 de dezembro de 2019						
	24.455	2.081	10.477	1.439	-	38.452
Adições	185	1.373	9.469	-	173	11.200
Baixas	(101)	-	(670)	-	-	(771)
Depreciação	(3.079)	(243)	(6.050)	(1.024)	(39)	(10.435)
Saldo 31 de dezembro de 2020						
	21.460	3.211	13.226	415	134	38.446

Consolidado	Edifícios	Terrenos	Veículos	Hardware	Máq. e equipam.	Total
Adoção inicial 01 de janeiro de 2019						
	39.026	15.313	11.318	2.464	-	68.121
Adições	1.296	1.733	1.922	8	-	4.959
Baixa	(11.789)	(7.826)	-	-	-	(19.615)
Depreciação	(4.078)	(879)	(2.763)	(1.025)	-	(8.745)
Saldo 31 de dezembro de 2019						
	24.455	8.341	10.477	1.447	-	44.720
Adições	185	1.876	9.469	-	173	11.703
Baixas	(101)	(687)	(670)	(8)	-	(1.466)
Depreciação	(3.079)	(920)	(6.050)	(1.024)	(39)	(11.112)
Saldo 31 de dezembro de 2020						
	21.460	8.610	13.226	415	134	43.845

b) Passivo de arrendamento

Controladora	Edifícios	Terrenos	Veículos	Hardware	Máq. e equipam.	Total
Adoção Inicial 01 de janeiro de 2019	39.026	2.312	11.318	2.464	-	55.120
Adição	1.296	-	1.922	-	-	3.218
Baixa	(12.277)	-	-	-	-	(12.277)
Juros apropriados no período (resultado)	3.653	215	1.004	195	-	5.067
Baixa por pagamento	(6.307)	(361)	(3.364)	(1.152)	-	(11.184)
Saldo 31 de dezembro de 2019	25.391	2.166	10.880	1.507	-	39.944
Adição	185	1.373	9.469	-	173	11.200
Baixas	(106)	-	(1.033)	-	-	(1.139)
Juros apropriados no período (resultado)	2.379	323	1.343	100	5	4.150
Baixa por pagamento	(4.539)	(484)	(6.880)	(1.152)	(42)	(13.097)
Saldo 31 de dezembro de 2020	23.310	3.378	13.779	455	136	41.058
Passivo circulante	2.470	273	6.433	455	136	9.767
Passivo não circulante	20.840	3.105	7.346	-	-	31.291
Total do passivo	23.310	3.378	13.779	455	136	41.058

Consolidado	Edifícios	Terrenos	Veículos	Hardware	Máq. e equipam.	Total
Adoção inicial 01 de janeiro de 2019	39.026	15.313	11.318	2.464	-	68.121
Adição	1.297	1.733	1.922	-	-	4.952
Baixa	(12.277)	(7.680)	-	-	-	(19.957)
Juros apropriados no período (resultado)	3.653	1.003	1.004	195	-	5.855
Baixa por pagamento	(6.307)	(1.701)	(3.364)	(1.152)	-	(12.528)
Saldo 31 de dezembro de 2019	25.392	8.668	10.880	1.507	-	46.447
Adição	185	1.876	9.469	-	173	11.703
Baixas	(106)	(718)	(1.033)	-	-	(1.857)
Juros apropriados no período (resultado)	2.379	921	1.343	100	5	4.748
Baixa por pagamento	(4.539)	(1.536)	(6.880)	(1.152)	(42)	(14.149)
Saldo 31 de dezembro de 2020	23.311	9.211	13.779	455	136	46.892
Passivo circulante	2.470	786	6.433	455	136	10.280
Passivo não circulante	20.840	8.425	7.346	-	-	36.611
Total do passivo	23.310	9.211	13.779	455	136	46.891

13. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ágio pago em aquisições	259.691	259.691	642.502	585.388
Direito de uso de aeronave	1.793	1.793	1.793	1.793
Cessão de servidão de passagem	250	250	250	250
Marcas e patentes	-	-	89.212	78.131
Software	40.349	20.223	42.462	22.420
Total	302.083	281.957	776.219	687.982

A movimentação no intangível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Ágio pago em aquisições	Direito de uso de aeronave	Cessão de servidão de passagem	Softwares adquiridos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2019	259.691	1.793	250	20.223	281.957
Aquisição	-	-	-	27.461	27.461
Amortização	-	-	-	(7.335)	(7.335)
Saldo 31 de dezembro de 2020	259.691	1.793	250	40.349	302.083

	Consolidado					
	Ágio pago em aquisições	Direito de uso de aeronave	Cessão de servidão de passagem	Marcas	Softwares adquiridos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2019	585.388	1.793	250	78.131	22.420	687.982
Aquisição	-	-	-	-	27.697	27.697
Amortização	-	-	-	(1.814)	(8.165)	(9.979)
Ajuste de conversão	57.114	-	-	(6.442)	510	51.182
Correção monetária de balanço	-	-	-	19.337	-	19.337
Saldo 31 de dezembro de 2020	642.502	1.793	250	89.212	42.462	776.219

A Companhia registra amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro 2020, a taxa média de amortização é de 20,96% e em 31 de dezembro de 2019, de 22,34%.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Em controladas diretas:		
Minerva Dawn Farms (MDF) (i)	147.649	147.649
Brascasing Industria e Comércio Ltda. (ii)	74.596	74.596
Athena S.A. (iii)	231.861	179.837
Mato Grosso Bovinos S/A (iv)	73.734	73.734
Outros (v)	97.379	97.379
Em controladas indiretas:		
Outros (vi)	17.283	12.193
Total	642.502	585.388

- (i) Em atendimento aos preceitos definidos na Deliberação CVM nº 580/09 – CPC 15 (R1), a Companhia revisou os cálculos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos por ocasião do registro a valor justo da aquisição de mais 30% das ações representativas do capital social da controlada Minerva Dawn Farms (MDF), que se enquadrou como uma “combinação de negócios em estágios”, verificando a necessidade de segregação da mais valia (ágio) apurado no registro inicial (provisório) a valor justo da participação da Companhia na referida operação, no valor total de R\$ 188.391 (R\$ 188.391 em 31 de dezembro de 2012). Conforme descrito anteriormente, durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu a participação residual de 20% das ações da MDF que eram detidas pela Dawn Farms, passando a deter 100% do controle da MDF. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 21.904. Em 31 de dezembro 2018, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 18.838;
- (ii) Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 5% das quotas do capital social da controlada em conjunto, até a data da referida transação, Brascasing Comercial Ltda., passando a deter 55% das quotas representativas do capital social da referida empresa, e consequentemente o seu controle. Por se tratar de uma operação enquadrada como uma “combinação de negócios em estágio”, a Companhia registrou sua participação e a participação dos não controladores, pelo seu valor justo, o que ocasionou o registro de uma mais valia (ágio por expectativa de rentabilidade futura) de R\$ 93.185. Após a aquisição integral da Empresa, o ágio passou para R\$ 98.094.
- Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 23.498, decorrente ao excesso de produção/oferta, com a redução do consumo mundial, principalmente desaquecimento pela China e a queda no preço do petróleo, impactando diretamente mercados como da Rússia, um dos principais mercados para seu negócio;
- (iii) Em 30 de setembro de 2018, a Companhia transferiu seus investimentos industriais existentes no Mercosul através de integralização de capital na controlada Athena S.A., com isso, houve à transferência dos ágios por rentabilidade futura (*goodwill*) existentes que estavam registrados na controladora. Os investimentos transferidos foram Frigomerc S/A, Pulsa S/A, Frigorífico Carrasco e a controlada indireta Beef Paraguay S.A. e valores transferidos de ágio por expectativa de rentabilidade futura foram: Frigorífico Pulsa S/A US\$ 15.396 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 80.008); Frigomerc S/A US\$ (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 80.634); Frigorífico Carrasco S.A. US\$ 11.932 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 62.005); e a controlada Frigomerc S.A. dispunha de um investimento direto de 100% das ações ordinárias da empresa Beef Paraguay S.A., que havia um ágio de US\$ 1.1773 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 9.214) que foi transferido indiretamente para a empresa Athena S.A.;

- (iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorporou 100% das ações com direito a voto da Mato Grosso Bovinos S.A., através da troca de 29 milhões de ações ordinárias emitidas pela Companhia (BEEF3), ocorrida em 01 de outubro de 2014 através da realização da AGEs (Assembleia Geral Extraordinária) das duas companhias, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 174.278. Durante o 2º trimestre de 2019, a Companhia baixou R\$100.545 do *goodwill* referente à baixa de Várzea Grande, no âmbito da combinação de negócios para aquisição da planta de Paranatinga/MT, restando um saldo de *goodwill* de R\$ 73.734, em 31 de dezembro de 2020;
- (v) Durante o 2º trimestre de 2013, a Companhia adquiriu o restante dos 8% das ações da Friasa S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (*goodwill*) no montante de R\$ 7.233, totalizando em 30 de junho de 2013 R\$ 9.298. Durante 1º trimestre de 2016, a Companhia adquiriu 100% do capital social da controlada Minerva Foods Asia Assessoria Ltda, ocorrido em 05 de fevereiro de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 217 mil. Durante o 2º trimestre de 2019, a Companhia adquiriu através de combinação de negócios a planta localizada em Paranatinga/MT, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (*goodwill*) no montante de R\$ 87.864;
- (vi) Durante o 2º trimestre de 2016, através de sua controlada Minerva Austrália Holdings Pty Ltd adquiriu 100% do capital social de sua controlada indireta IMTP Pty Ltd, ocorrido em 22 de julho de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 10.061 (R\$ 17.283 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de *impairment*, em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas perdas para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia, porém para o ano de 2018 foram identificadas perdas para a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia, referente a sua controlada Minerva Dawn Farms S.A. (MFF).

A Companhia utilizou o método do valor em uso para realização do teste de *impairment*. Para todas as UGCs foram considerados 05 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para o início de projeção dos fluxos de caixa (2020). A taxa de desconto aplicada foi de 8%.

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu perdas por *impairment* para algumas UGCs. Neste sentido, a planta industrial de Goianésia (GO), empresa anteriormente denominada como “Lord Meat”, por questões estratégicas, encontra-se sub utilizada e registrou perda por *impairment*, conforme Nota Explicativa nº 12. Em 31 de dezembro de 2016 e 2018, a Companhia registrou provisão para perda por *impairment* para a UGC MFF, no valor de R\$ 21.904 e R\$ 18.838, respectivamente.

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures 5ª emissão	105.50% do CDI	-	353.074	-	353.074
Debêntures 6ª emissão	1,8% a.a. + CDI	399.151	398.474	399.151	398.474
Debêntures 7ª emissão	IPCA + 4,5% a.a.	513.144	487.074	513.144	487.074
Debêntures 8ª emissão	IPCA (*)	594.359	-	594.359	-
Debêntures 9ª emissão	IPCA (*)	603.697	-	603.697	-
Cédula de crédito bancário (4)	Taxa 8,35% a.a.	50.761	50.787	71.903	73.750
Cédula de crédito bancário (4)	CDI + spread	306.417	-	306.417	-
NCE (1/4)	CDI + spread	325.144	881.740	325.144	881.740
IFC (2/3/5)	CDI + spread	43.436	61.222	43.436	61.222
Subtotal		2.836.109	2.232.371	2.857.251	2.255.334
Instrumentos financeiros de proteção - derivativos	CDI + spread	(369.081)	(69.825)	(369.081)	(69.825)
Total		2.467.028	2.162.546	2.488.170	2.185.509
Moeda estrangeira (dólar americano)					
ACCs (4)	Juros de 3,0% a 5,5% a.a. + variação cambial	352.737	1.120.710	352.737	1.120.710
Senior Unsecured Notes - (4)	Variação cambial + Juros	4.179.267	3.241.551	8.195.956	6.669.004
PPE	Variação cambial + juros	1.624.020	1.164.699	-	-
PPE (4)	Juros de 2,0% a.a. + libor	911.926	708.682	911.926	708.682
CCE (4)	Variação cambial + juros	-	253.958	-	253.958
Secured Loan Agreement (2)	Variação cambial + juros	14.657	12.292	14.657	12.292
Outras modalidades (4/6)	Variação cambial + juros	-	-	309.640	199.549
Subtotal		7.082.607	6.501.892	9.784.916	8.964.195
Instrumentos financeiros de proteção - derivativos		(701.048)	(671.978)	(701.048)	(671.978)
Total		6.381.559	5.829.914	9.083.868	8.292.217
Total dos empréstimos		8.848.587	7.992.460	11.572.038	10.477.726
Circulante		2.002.767	2.646.524	2.199.564	2.867.602
Não circulante		6.845.820	5.345.936	9.372.474	7.610.124

(*) Operações que possuem swap % CDI.

A Companhia ofereceu as seguintes garantias aos empréstimos captados:

1. Aval/fiança da controladora VDQ Holdings S.A.;
2. Hipoteca;
3. Notas promissórias avalizadas pelas controladas Minerva Alimentos, Pulsa e Frigomerc;
4. Fiança ou Aval da Companhia;
5. Fiança da controladas Minerva Alimentos, Pulsa e Frigomerc garantindo a Companhia;
6. STLC (*Stand by letter of Credit*) ou Corporate Guarantee.

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia (controladora) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2020:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures	397.285	-	1.024.076	499.058	180.202	-	-	-	2.100.621
IFC	17.215	8.607	-	-	-	-	-	-	25.822
NCE	145.860	-	-	-	-	-	-	-	145.860
Pré-embarque	1.109.496	-	1.409.651	-	3.294.708	-	-	-	5.813.855
<i>Secured Loan Agreement</i>	1.379	1.485	1.600	1.762	1.924	1.924	2.130	1.137	13.341
Instrumentos financeiros de proteção - derivativos	3.319	17.718	(306.856)	(264.249)	(215.034)	(135.704)	-	(352.873)	(1.253.679)
Total	1.674.554	27.810	2.128.471	236.571	3.261.800	(133.780)	2.130	(351.736)	6.845.820

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo (consolidadas) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2020:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures	397.285	-	1.024.076	499.058	180.202	-	-	-	2.100.621
IFC	17.215	8.607	-	-	-	-	-	-	25.822
NCE	145.860	-	-	-	-	-	-	-	145.860
Pré-embarque	324.794	-	-	-	-	-	-	-	324.794
<i>Secured Loan Agreement</i>	1.379	1.485	1.600	1.762	1.924	1.924	2.130	1.137	13.341
<i>Senior Unsecured Notes</i>	-	-	-	-	5.766.423	-	2.249.292	-	8.015.715
Instrumentos financeiros de proteção - derivativos	3.319	17.718	(306.856)	(264.249)	(215.034)	(135.704)	-	(352.873)	(1.253.679)
Total	889.852	27.810	718.820	236.571	5.733.515	(133.780)	2.251.422	(351.736)	9.372.474

A seguir detalhamos os principais empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2020, bem como destacamos que a mesma cumpriu naquela data com todas as cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) a seguir evidenciadas em cada modalidade de empréstimos e financiamentos:

International Finance Corporation (IFC)

Em setembro de 2013, o IFC e a Companhia celebraram um contrato de financiamento com prazo de 10 anos, no montante de R\$ 137.718, desembolsado em 24 de outubro de 2013. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 43.436 (em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 61.222), cujos, os juros são calculados através do CDI + Spread, pagos semestralmente. A dívida vence em 15 de abril de 2023.

Notes/títulos de dívida no exterior

Em 20 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (*Bonds*) pela sua subsidiária Minerva Luxemburg S.A., com vencimentos previstos para 2023. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$ 617.874 (R\$ 2.010.562, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2026 (sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 40.143 mil e também ocorreram custos de transação no valor de US\$ 28.859, totalizando um custo total de US\$ 69.002, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2026.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia exerceu a opção de compra antecipada de seus títulos de dívida que incide juros anuais de 12,250% e com vencimento previsto para 2022 (Notas 2022). O valor total desta dívida era de US\$ 105.508 (R\$ 328.710, àquela data), o preço pago foi de US\$106.125 do valor de face, acrescidos dos juros acurados até a presente data.

Em junho de 2017, a Companhia concluiu o Re-Tap da operação de notes com vencimento em setembro de 2026, no montante de US\$ 350.000 mil, sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano (Notas 2026).

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (*Bonds*) pela sua subsidiária Minerva Luxemburg S.A., com vencimentos previstos para 2023. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$ 198.042 (R\$ 605.103, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 79% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2028 (sobre as quais incidirão juros de 5,875% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 9.209 e também ocorreram custos de transação no valor de US\$ 20.271, totalizando um custo total de US\$ 29.480, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2028.

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia exerceu a opção de compra antecipada de seus títulos de dívida que incide juros anuais de 7,75% e com vencimento previsto para 2023 (Notas 2023). O valor total desta dívida era de US\$ 52.099 (R\$ 164.919, àquela data), o preço pago foi de 103.875% do valor de face, acrescidos dos juros provisionados até a presente data. O passivo relacionado aos Notes, em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações contábeis consolidadas, é de R\$ 8.195.956 (R\$ 6.669.004 em 31 de dezembro de 2019).

Em 08 de junho de 2020, a Companhia concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds), com vencimento previsto para 2026. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$ 85.668 (R\$ 464.878, àquela data). Na mesma data, a Companhia concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds), com vencimento previsto para 2028. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$ 11.005 (R\$ 59.030, àquela data).

O passivo relacionado aos Notes, em 31 de dezembro de 2020, nas demonstrações contábeis consolidadas, é de R\$ 8.195.956 (R\$ 6.669.004 em 31 de dezembro de 2019).

Os Notes contêm previsão da manutenção de um *covenant* financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O índice contratual de ambos os instrumentos indica que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: **(I)** “Dívida Líquida” – significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de: **(i)** disponibilidades (conforme definido a seguir); e **(ii)** “expurgos” (conforme definido a seguir); **(II)** “Disponibilidades” – significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e valores mobiliários”; **(III)** “Expurgos” – significa uma série de exceções, incluindo, mas não limitando à variação cambial desde a emissão do título e/ou dívidas permitidas, relacionadas à transações operacionais específicas, somadas no valor de US\$ 308.000 mil. **(iv)** “EBITDA” – significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: **(i)** custo dos serviços prestados; **(ii)** despesas administrativas, somadas de: **(a)** despesas de depreciação e amortização, **(b)** resultado financeiro líquido; **(c)** resultado com equivalência patrimonial; e **(d)** impostos diretos.

Vale ressaltar, ainda, que os *covenants* financeiros se referem à permissão ou não para incorrer em novas dívidas, executando-se para tanto, todas as novas dívidas referentes a refinanciamento, além de um montante pré-definido para linhas de capital de giro e investimentos. Os *covenants* são calculados com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

i) Grau de subordinação

Em 31 de dezembro de 2020, 0,50% da dívida total da Companhia e suas controladas eram garantidas por garantias reais (0,70% em 31 de dezembro de 2019).

ii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As Notes também possuem cláusulas que limitam à Companhia: **(i)** a novos endividamentos caso a relação dívida líquida/EBITDA seja maior que 3.75/1.00 e 3.50/1.00, respectivamente; **(ii)** a distribuição de dividendos, nesse sentido, o Minerva se compromete a não fazer e a não permitir que suas subsidiárias realizem o pagamento de qualquer distribuição de dividendos ou façam qualquer distribuição de seus juros sobre capital investido mantidos por outros que não o de suas subsidiárias (exceto: **(a)** dividendos ou distribuições pagos em interesses qualificados do Minerva; e **(b)** dividendos ou distribuições devidos por uma subsidiária, em uma base *pro rata* ou base mais favorável ao Minerva; **(iii)** a alteração do controle societário; e **(iv)** a alienação de ativos, a qual só poderá ser realizada mediante a observância dos requisitos estabelecidos, entre eles no caso de venda de ativos é necessário que o valor da venda seja o valor de mercado.

5ª Emissão de debêntures não conversíveis

Em 02 de outubro de 2017, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 350.487, com vencimento em 02 de outubro de 2020. As debêntures foram vinculadas aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), objeto da 2ª Série da 1ª Emissão da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC), distribuídos por meio de oferta, nos termos da Instrução CVM 400.

O montante total do principal é de R\$ 350.487 e sua remuneração corresponde à variação acumulada (taxa efetiva) de 105,5% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI). Os recursos foram destinados a financiar suas atividades de produção agropecuária e de industrialização e comercialização de carnes. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 6.806, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 2020, o montante foi liquidado (R\$ 353.074 em 31 de dezembro de 2019).

6ª Emissão de debêntures não conversíveis

Em 15 de maio de 2019, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 400.000, com vencimento em 15 de maio de 2022. O montante total do principal é de R\$ 400.000 e sua remuneração corresponde à variação acumulada (taxa efetiva) de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescida de uma sobretaxa equivalente à 1,80% apurado por meio do procedimento Bookbuilding. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento e aperfeiçoamento da estrutura de capital da Companhia. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 5.110, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 399.151 (R\$ 398.474 em 31 de dezembro de 2019).

7ª Emissão de debêntures não conversíveis

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 500.000, com vencimento em 15 de agosto de 2024. O montante total do principal é de R\$ 500.000 e sua remuneração corresponde à IPCA acrescida de uma sobretaxa equivalente à 4,50% a.a. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento e aperfeiçoamento da estrutura de capital da Companhia. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 12.926, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 513.144 (R\$ 487.074 em 31 de dezembro de 2019).

8ª Emissão de debêntures não conversíveis

Em 22 de maio de 2020, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 600.000, sendo a primeira série com vencimento em 13 de maio de 2025 no montante de R\$ 400.000 e a segunda série com vencimento em 13 de maio de 2026 no montante de 200.000. O montante do principal total das emissões da primeira série é de R\$ 400.000 e sua remuneração corresponde à IPCA, já o montante do principal das emissões da segunda série é de R\$ 200.000 e sua remuneração corresponde à taxa DI. A referida captação possui *Swap* de % CDI, no qual o custo final da operação ficou em 160% de CDI. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados às atividades no agronegócio e relações com produtores rurais, no âmbito da indústria e comércio de carnes da Companhia. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 21.930, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 594.359.

9ª Emissão de debêntures não conversíveis

Em 12 de junho de 2020, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 600.000, com vencimento em 12 de junho de 2025. O total do principal é de R\$ 600.000 e sua remuneração corresponde à IPCA. A referida captação possui *Swap* de % CDI, no qual o custo final da operação ficou em 160% de CDI. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados às atividades no agronegócio e relações com produtores rurais, no âmbito da indústria e comércio de carnes da Companhia. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 14.787, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 603.697.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nacionais	1.537.705	820.292	2.262.100	1.252.804
Estrangeiros	54.537	36.133	67.688	94.235
Partes relacionadas	56.568	58.003	14.805	15.330
Total	1.648.810	914.428	2.344.593	1.362.369

Fornecedores por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer:	1.612.286	893.444	2.186.123	1.302.623
Vencidas:				
Até 30 dias	4.212	6.941	74.763	37.660
De 31 a 60 dias	7.582	6.214	37.429	8.538
De 61 a 90 dias	6.832	77	24.127	1.346
Acima de 91 dias	17.898	7.752	22.151	12.202
Total	1.648.810	914.428	2.344.593	1.362.369

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas				
Salários e <i>pró-labore</i>	464	511	36.544	20.835
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	13.884	13.291	14.866	14.117
Provisão de férias/13º e encargos	43.866	44.277	89.571	85.627
Outros proventos e encargos	10.543	6.487	30.184	17.694
Total trabalhista	68.757	64.566	171.165	138.273
Tributárias				
ICMS a recolher	11.120	5.220	11.123	5.220
Parcelamentos federais - (1)	55.843	60.770	65.616	71.401
Parcelamentos estaduais	2.791	5.656	2.791	7.965
IRPJ	-	7.301	56.250	105.811
Contribuição social sobre lucro	4.120	7.832	4.241	7.832
IVA a recolher	-	-	17.804	14.337
Funrural a recolher	1.951	2.006	1.989	2.041
Outros tributos e taxas	20.694	11.549	53.717	42.161
Total tributárias	96.519	100.334	213.531	256.768
Total geral	165.276	164.900	384.696	395.041
Circulante	114.521	109.933	324.990	330.265
Não circulante	50.755	54.967	59.706	64.776

(1) Os parcelamentos federais da Companhia são os seguintes:

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto na controladora e consolidado é de R\$ 17.847 e R\$ 23.049, respectivamente.

Programa Regularização Tributária Rural (PRR)

Em 31 de dezembro de 2020, na controladora e consolidado é respectivamente de R\$ 37.996 e R\$ 42.568.

17. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos recebidos (a)	1.361.310	945.835	1.423.200	1.008.498
Dividendos a pagar (b)	8.545	-	8.545	-
JSCP a pagar (b)	19.288	-	19.288	-
Contas a pagar - aquisições (c)	398	4.000	35.574	4.000
Outras provisões operacionais	20.923	21.920	60.723	50.029
Total	1.410.464	971.755	1.547.330	1.062.527
Circulante	1.410.464	971.755	1.516.235	1.060.774
Não circulante	-	-	31.095	1.753

(a) Valores recebidos antecipadamente de clientes da Companhia de acordo com a política de crédito definida pela Administração;

(b) Valores de juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios a pagar;

(c) Valores a pagar referentes as aquisições das plantas de Campina Verde – MG (R\$ 398 em 31 de dezembro de 2020) e do Frigorífico Vijagual S.A na Colombia (R\$ 35.176 em 31 de dezembro de 2020).

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais de IRPJ	403.602	377.589	444.474	403.756
Base de cálculo negativa CSLL	145.298	135.933	145.298	135.933
Total	548.900	513.522	589.772	539.689
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.358	8.131	14.428	13.331
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.316	7.316	7.430	7.534
Perdas esperadas em créditos	10.241	6.951	10.325	7.060
Outros	2.393	2.394	32.043	21.173
Total de diferenças temporárias ativa	577.208	538.314	653.998	588.787
Passivo				
Diferenças temporárias passivas				
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(41.252)	(30.238)	(41.252)	(30.238)
Combinação de negócios	(33.096)	(33.096)	(33.096)	(33.096)
Reserva de reavaliação	(23.454)	(24.252)	(23.454)	(24.252)
Mais valia em controladas	-	-	(200.026)	(162.840)
Outras exclusões temporárias	(31.866)	(25.141)	(54.695)	(44.992)
Total de diferenças temporárias passiva	(129.668)	(112.727)	(352.523)	(295.418)
Total de impostos diferidos	447.540	425.587	301.475	293.369
Total do ativo	447.540	425.587	448.832	426.386
Total do passivo	-	-	(147.357)	(133.017)
Total	447.540	425.587	301.475	293.369

18.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferido

A seguir, apresentamos a movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2020
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal	513.522	35.378	-
Total ativos fiscais diferidos	513.522	35.378	-

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reconhecidos no resultado	Realização dos tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2020
IR/CS Diferido sobre prejuízo fiscal	539.689	56.899	(13.033)	6.217	589.772
Total ativos fiscais diferidos	539.689	56.899	(13.033)	6.217	589.772

O ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram reconhecidos para o período de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2020 no consolidado. O montante acumulado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 589.772 (em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 539.689). A decisão da Administração da Companhia e de suas controladas para registro dos referidos ativos fiscais diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, baseou-se no plano de negócio e nas projeções orçamentárias e financeiras internas e elaboradas por consultores independentes as quais são objeto, no mínimo anualmente, de revisão.

As projeções dessas realizações apresentaram as seguintes expectativas de realização de referidos tributos (IR e CSLL) diferidos ativos:

	31/12/2020	
	Controladora	Consolidado
2021	43.425	46.658
2022	55.260	59.375
2023	59.177	63.583
2024	59.495	63.925
2025 em diante	331.543	356.231
Total	548.900	589.772

A Companhia tem expectativa de realizar as diferenças temporárias de IR/CS em no máximo 10 anos.

Destacamos que tais estudos técnicos que embasaram a decisão pelo registro ou manutenção do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, foram devidamente revisados e aprovados em reuniões do Conselho de Administração.

Os efeitos da movimentação dos impostos diferidos no resultado dos exercícios são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adições temporárias				
Provisões diversas	17.503	69.526	56.921	263.032
Valor justo do ativo biológico	1.109.043	721.666	1.109.043	721.666
Exclusões Temporárias				
Provisões diversas	(4.815)	(4.131)	(35.827)	(4.131)
Depreciação - diferenças de bases	(19.777)	(18.061)	(19.777)	(18.061)
Valor justo do ativo biológico	(1.141.437)	(750.501)	(1.141.437)	(750.501)
Base de cálculo tributos diferidos	(39.483)	18.499	(31.077)	212.005
IR/CS diferidos - diferença temporária	(13.424)	6.290	(10.566)	72.082
Realização do IR/CS diferidos - diferença temporária	-	-	-	-
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal	35.378	229.722	35.378	229.722
IR/CS diferidos total	21.954	236.012	24.812	301.804

A seguir, apresentamos a movimentação dos tributos fiscais diferidos, relativos ao prejuízo fiscal e as diferenças temporárias como segue:

	Controladora				Saldo em 31 de dezembro de 2020
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Constituição de tributos diferidos	Realização de tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	
Prejuízo fiscal	513.522	35.378	-	-	548.900
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.131	373	(146)	-	8.358
Outras adições temporárias	2.394	-	(1)	-	2.393
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.316	-	-	-	7.316
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6.951	3.387	(97)	-	10.241
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(30.238)	(13.310)	2.296	-	(41.252)
Combinação de negócios	(33.096)	-	-	-	(33.096)
Reserva de reavaliação	(24.252)	-	798	-	(23.454)
Mais valia em controladas	-	-	-	-	-
Outras exclusões temporárias	(25.141)	(6.725)	-	-	(31.866)
Total dos tributos fiscais diferidos	425.587	19.103	2.850	-	447.540

	Consolidado				
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Constituição de tributos diferidos	Realização de tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Prejuízo fiscal	539.689	56.899	(13.033)	6.217	589.772
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.331	691	(1.477)	1.883	14.428
Outras adições temporárias	21.173	7.592	(9.528)	12.806	32.043
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.534	-	(158)	54	7.430
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	7.060	3.386	(143)	22	10.325
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(30.238)	(13.310)	2.296	-	(41.252)
Combinação de negócios	(33.096)	-	-	-	(33.096)
Reserva de reavaliação	(24.252)	-	798	-	(23.454)
Mais valia em controladas	(162.840)	4.626	(4.849)	(36.963)	(200.026)
Outras exclusões temporárias	(44.992)	(6.010)	1.015	(4.708)	(54.695)
Total dos tributos fiscais diferidos	293.369	53.874	(25.079)	(20.689)	301.475

a) Corrente – a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos	667.950	(190.796)	743.562	(132.610)
Adições				
Diferenças temporárias	17.503	6.512	17.503	6.512
Diferenças permanentes	324.576	325.492	1.937.838	1.174.968
Realização de diferenças temporárias	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-
Efeitos da adoção inicial de IFRS	6.906.884	3.576.332	7.026.669	3.586.983
Exclusões				
Diferenças temporárias	(4.816)	(4.131)	(4.816)	(4.131)
Diferenças permanentes	(559.329)	(371.131)	(2.179.410)	(1.344.324)
Efeitos da adoção inicial de IFRS	(7.287.381)	(3.740.593)	(7.429.712)	(3.751.637)
Base de cálculo dos tributos	65.387	(398.315)	111.634	(464.239)
Realização dos prejuízos fiscais	-	-	-	-
Compensações	(19.616)	(37.294)	(22.761)	(45.592)
Base de cálculo após prejuízo a compensar	45.771	(435.609)	88.873	(509.831)
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda a pagar	(11.145)	(21.227)	(88.954)	(143.462)
CSLL a pagar	(4.119)	(7.832)	(4.780)	(9.575)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(15.264)	(29.059)	(93.734)	(153.037)

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dez anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

19. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Processos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões para riscos fiscais	1.890	1.890	1.973	1.959
Provisões para reclamações trabalhistas	24.582	23.916	36.018	33.829
Provisões para riscos cíveis	1.496	1.496	2.283	2.484
Total	27.968	27.302	40.274	38.272

Controladora	Ações trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	27.512	3.386	30.898
Provisões constituídas durante o período	57	-	57
Provisões revertidas durante o período	(3.653)	-	(3.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.916	3.386	27.302
Provisões constituídas durante o período	1.093	-	1.093
Provisões revertidas durante o período	(427)	-	(427)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.582	3.386	27.968

Consolidado	Ações trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	38.512	4.262	42.774
Provisões feitas durante o período	1.403	231	1.634
Provisões revertidas durante o período	(6.517)	(77)	(6.594)
Ajustes de conversão do período	431	27	458
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.829	4.443	38.272
Provisões constituídas durante o período	3.516	2.244	5.760
Provisões revertidas durante o período	(3.871)	(2.640)	(6.511)
Ajustes de conversão do período	2.544	209	2.753
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.018	4.256	40.274

Contingências cíveis e fiscais

Referem-se ao questionamento sobre a constitucionalidade do uso de alíquotas reduzidas sobre receitas brutas e também à discussão tributária sobre a falta de cobrança de imposto sobre receita de exportação, cuja estimativa é provável de perda em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 3.386 na controladora e R\$ 4.256 no consolidado, (R\$ 3.386 na controladora e R\$ 4.443 no consolidado, em 31 de dezembro de 2019).

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de insalubridade e pausa térmica. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda. Em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 24.582 na controladora e R\$ 36.018 no consolidado, (R\$ 23.916 na controladora e R\$ 33.829 no consolidado, em 31 de dezembro de 2019).

Outros processos (expectativa de perda possível)

Trabalhista e previdenciário

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas) e processos previdenciários, no montante de aproximadamente R\$ 4.589, cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Senar

Em março de 2003, a Companhia impetrou Mandados de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Senar. Para evitar e perder o direito de exigir as contribuições do Senar, o INSS emitiu várias notificações fiscais contra a Companhia até a presente data. O montante atualizado envolvido nessas notificações, cuja probabilidade é possível de perda com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, é de aproximadamente de R\$ 72.521. Tais processos envolvem um grau de incerteza significativo sobre os prognósticos futuro de determinados temas, cujas discussões estão em andamento há algum tempo nas esferas judiciais.

ICMS

A Companhia possui alguns autos de infração referentes a divergência na memória de cálculo na base do ICMS e ICMS-ST aplicando a redução sobre suas operações no estado de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido nesses processos, cuja probabilidade é possível de perda, é de aproximadamente R\$ 138.150.

Outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental, no montante de aproximadamente de R\$ 49.235, R\$ 7.277 e R\$ 4.162, (R\$ 35.193, R\$ 6.314 e R\$ 1.480 em 31 de dezembro de 2019) respectivamente, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, está representado pelo montante de R\$ 1.363.695 (R\$ 287.915 em 31 de dezembro de 2019), representados em 31 de dezembro de 2020 por 548.426.499 (403.596.575 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. Durante o exercício de 2016, houve gastos na emissão de novas ações no montante de R\$ 5.898 e de R\$ 53.813 durante o exercício de 2020, sendo assim, o saldo na rubrica "Capital Social" nas demonstrações contábeis é de R\$ 1.303.984.

No primeiro trimestre de 2019, o Conselho de Administração nas reuniões do Conselho da Administração (RCA), homologaram os aumentos do capital social da Companhia representativo de 10.253 (dez mil duzentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Com a homologação, passando o capital social de R\$ 1.115.157, representativos de 376.687.157 ações, para R\$ 1.115.222, representativos de 376.697.410 ações ordinárias.

No segundo trimestre de 2019, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA), homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 210 (duzentos e dez mil), representativo de 32.539 (trinta e dois mil quinhentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e também no dia 10 de maio de 2019 aprovou a redução do capital social da Companhia no montante de R\$1.000.000 (um bilhão) para absorção de parcelas dos prejuízos acumulados constantes nas demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com a homologação, passando o capital social de R\$ 1.115.222, representativos de 376.697.410 ações, para R\$ 115.432, representativos de 376.729.949 ações ordinárias.

No terceiro trimestre de 2019, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA), homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 418 (quatrocentos e dezoito mil), representativo de 65.182 (sessenta e cinco mil cento e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Com a homologação, passando o capital social de R\$ 115.432, representativos de 376.729.949 ações, para R\$ 115.850, representativos de 376.795.131 ações ordinárias.

No quarto trimestre de 2019, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA), homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 172.065 (cento e setenta e dois mil e sessenta e cinco), representativo de 26.801.444 (vinte e seis milhões oitocentos e uma mil quatrocentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Com a homologação, passando o capital social de R\$ 115.850, representativos de 376.795.131 ações, para R\$ 287.915, representativos de 403.596.575 ações ordinárias.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de janeiro de 2020, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, emitidas pela Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, conforme aplicável, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta").

O preço por ação da oferta foi fixado em R\$ 13,00, para fins do efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, e para a homologação do aumento de capital que foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de janeiro de 2020, cuja ata será arquivada na Jucesp e publicada nos Jornais de Publicação.

A Oferta consistiu: (i) na distribuição pública primária de 80.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) na distribuição pública secundária de 15.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de VDQ Holdings S.A. ("Acionista Vendedor", "Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária", respectivamente, sendo as Ações da Oferta Secundária em conjunto com as Ações da Oferta Primária, as "Ações"), com esforços restritos de colocação, realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Minerva S.A.", celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta. Simultaneamente, no âmbito da Oferta, foram também realizados esforços de colocação no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Bradesco Securities Inc., pelo Banco do Brasil Securities LLC, e pelo Itau BBA USA Securities, Inc.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o capital social passou de R\$ 288.493, dividido em 403.686.540 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 1.328.493 (um milhão trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e noventa e três), dividido em 483.686.540 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As comissões e as despesas com tributos e outras retenções, registro da oferta pela Ambima, advogados e consultores, auditores independentes, traduções e publicidade relacionadas à Oferta, que totalizaram R\$52.430, foram pagas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um na Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional.

As Ações objeto da Oferta passaram a ser negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em 27 de janeiro de 2020, sendo que a liquidação física e financeira das Ações ocorreu no dia 28 de janeiro de 2020.

Em 10 de março de 2020, o Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), homologou a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 380.210 (trezentos milhões duzentos e dez mil), para a absorção dos prejuízos acumulados constantes nas demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sem cancelamento de ações.

Ainda no primeiro trimestre de 2020, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA), homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 12.735 (doze milhões setecentos e trinta e cinco mil), representativo de 89.965 (oitenta e nove mil novecentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal referente ao exercício do bônus de subscrição.

Com as homologações ocorridas no primeiro trimestre de 2020 o capital social de R\$ 287.915, representativos de 403.596.575 ações, para R\$ 960.440, representativos de 485.580.177 ações ordinárias.

No segundo trimestre de 2020, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA) homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.547 (cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil, representativo de 898.106 (oitocentas e noventa e oito mil cento e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Com a homologação, passando o capital social de R\$ 960.440, representativos de 485.580.177 ações, para R\$ 965.987, representativos de 486.478.283 ações ordinárias.

No terceiro trimestre de 2020, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA) homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 397.624 (trezentos e noventa e sete milhões seiscentos e vinte e quatro mil), representativo de 61.935.250 (sessenta e um milhões novecentos e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Com a homologação, passando o capital social de R\$ 965.987, representativos de 486.478.283 ações, para R\$ 1.363.612, representativos de 548.413.533 ações ordinárias.

No quarto trimestre de 2020, o Conselho de Administração nas Reuniões do Conselho da Administração (RCA) homologaram os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$ 83 (oitenta e três mil), representativo de 12.966 (doze mil novecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Com a homologação, passando o capital social de R\$ 1.363.612, representativos de 548.413.533 ações, para R\$ 1.363.695, representativos de 548.426.499 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2020, a reserva de capital da Companhia é de R\$ 118.271 (R\$ 118.271 em 31 de dezembro de 2019).

c. Reserva de reavaliação

A Companhia efetuou reavaliação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado, nos exercícios de 2003 e 2006. Sendo o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 49.066 (R\$ 50.614 em 31 de dezembro de 2019), líquido dos efeitos fiscais.

Conforme comentado anteriormente e em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.638 de 2007, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua completa realização, o que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

d. Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado e exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

e. Reserva de retenção de lucros

Esta reserva de lucros foi constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2020 é de R\$118.583. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

f. Ações em tesouraria

Em 02 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um programa de recompra de ações, em conformidade com o artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social da Companhia, o § 1º do artigo 30 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("ICVM 567/15") e as demais normas aplicáveis, com vigência de 18 (dezoito) meses a partir de 05 de outubro de 2020, encerrando-se em 04 de abril de 2022, para aplicação dos lucros e/ou reservas disponíveis da Companhia para a aquisição, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, para a manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. Nesta data de início de vigência do novo plano, a Companhia mantinha 3.150.000 (três milhões, cento e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal em tesouraria, bem como estava em circulação 259.351.910 (duzentas e cinquenta e nove milhões, trezentas e cinquenta e uma mil, novecentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.

As negociações no âmbito do programa de recompra serão suportadas pelo montante global **(a)** das reservas de lucro e de capital, com exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais; e **(b)** do resultado realizado do exercício em curso, com a exclusão dos montantes a serem destinados à formação da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais e ao pagamento do dividendo obrigatório.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade	Montante (R\$)	Custo médio R\$	Valor médio de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.550.000	36.847	10,38	4,99
Recompra de ações	-	-	-	-
Alienação de ações	(400.000)	(4.152)	10,38	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.150.000	32.695	10,38	12,84
Recompra de ações	19.903.200	210.073	10,55	-
Alienação de ações	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.053.200	242.768	10,53	10,18

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado, ajustado na forma da lei.

No exercício em que o Índice de Alavancagem da Companhia for igual ou inferior a 2,5x (duas vezes e meia), o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral proposta de pagamento de dividendo adicional ao obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia.

h. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme CPC 02 R2/IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis do exercício, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 R1/IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, por força da vigência do CPC 02 R2 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de resultados.

i. Plano de opções em ações

No âmbito do Plano, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia os executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas que sejam considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e de suas controladas, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia ou comitê especial criado para a administração do Plano para recebimento das opções (“Participantes”).

O Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, poderá criar Programas de Opção de Compra de Ações, nos quais constarão as condições específicas quanto aos Participantes, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, a divisão da outorga em lotes e as respectivas regras específicas de cada lote, inclusive o preço de exercício e os prazos para exercício da opção (“Programas”).

Os Programas e os Contratos de Opção também deverão prever que, na hipótese de Desligamento do Participante durante o período de restrição, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar a totalidade das ações de titularidade do Participante sujeitas ao período de restrição, pelo valor de R\$ 0,01 por ação, nos termos do Plano.

1º Programa de Opção de Compra de Ações

Em 30 de março de 2020, foram outorgadas 840.000 opções de ações a determinados beneficiários, no âmbito do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2018 e alterado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2018 (“Primeiro Programa”), que integra o Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de abril de 2017 (“Plano de Opção”). Os beneficiários em questão tiveram 60 dias, a contar da data da assinatura do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, para exercer as opções, ao preço de exercício de R\$ 6,16. O preço de exercício corresponde a um desconto de 20% em relação à média ponderada dos últimos 10 pregões anteriores à assinatura do contrato de adesão.

O exercício das opções pelos beneficiários foi formalizado por meio de aumento de capital ocorrido em 15 de junho de 2020, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 20 letra a.

Período restritivo: a integralidade (100%) das ações não pode ser transferida antes do vencimento do prazo total estabelecido no primeiro programa. A cada aniversário da data de efetivo recebimento das ações, uma parcela correspondente a 25% será liberada para venda pelo Participante.

2º Programa de Opção de Compra de Ações

Em 25 de junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a outorga de 400.000 opções de ações a administradores da Companhia no âmbito do 2º Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. Os administradores em questão tiveram 60 dias, a contar do prazo de carência de 12 meses da data da assinatura do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, para exercer as opções em questão ao preço de exercício de R\$ 5,60. O preço de exercício corresponde a um desconto de 20% em relação à média ponderada dos últimos 10 pregões anteriores à assinatura do contrato de adesão.

O exercício das opções pelos administradores foi formalizado por meio da compra de ações mantidas em tesouraria, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, em 24 de setembro de 2019.

Período restritivo: 100% das ações não podem ser transferidas antes do vencimento do prazo total estabelecido no segundo programa. A cada aniversário da data do efetivo recebimento das ações, uma parcela adicional de 50% das ações será liberada ao participante.

Plano de opção de ações

	31/12/2020		31/12/2019	
	Número de opções	Preço médio ponderado	Número de opções	Preço médio ponderado
Em circulação no início do período	-	-	400.000	5,60
Outorgadas durante o período	840.000	6,16	-	-
Exercidas durante o período	(840.000)	6,16	(400.000)	5,60
Expiradas durante o período	-	-	-	-
Em circulação no final do período	-	-	-	-

CrITÉRIOS de mensuração do valor justo

O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções dos Programas de Opção de Compra de Ações foi Black & Scholes.

Na determinação do valor justo das opções das ações no âmbito do Plano de Opção, foram utilizadas as premissas abaixo:

	Outorga Primeiro Programa	Outorga Segundo programa
Quantidade de ações	840.000	400.000
Preço médio ponderado das ações	11,7562	6,99
Preço de exercício	9,40	5,60
Volatilidade esperada do preço de ação	35,0%	32,219%
Prazo de vida da opção	60 dias	14 meses
Prazo de restrição	3 anos	24 meses
Dividendos esperados	-	-
Taxa de juros livre de risco	4,146%	10,380%
Valor justo	2,10	3,5040

A volatilidade esperada do Plano de Opção foi calculada com base na média anual da volatilidade das ações da Companhia, extraída do sistema Bloomberg.

Os custos com plano de opções de ações são reconhecidos no resultado durante o período de carência para exercício das opções. O total do custo do plano nas datas de outorga no período findo em 31 de dezembro de 2020, correspondentes aos valores justos das opções, foi de R\$1.764.

21. Informações de segmento

Segmentos de negócios

	Boi Vivo		Carne		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	304.400	331.851	19.101.944	16.790.974	19.406.344	17.122.825
CPV	(243.789)	(271.168)	(15.327.632)	(13.559.096)	(15.571.421)	(13.830.264)
Despesas operacionais	(39.306)	(48.861)	(2.001.844)	(1.781.618)	(2.041.150)	(1.830.479)
Resultado financeiro líquido	(9.767)	(9.505)	(1.040.444)	(1.585.187)	(1.050.211)	(1.594.692)
Lucro líquido (prejuízo) antes impostos	11.538	2.317	732.024	(134.927)	743.562	(132.610)

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente. Os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

A Companhia e suas controladas possuem como principais segmentos de negócios a produção e comercialização de carne in natura, boi vivo e seus derivados.

22. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de venda de produtos - mercado interno	3.952.228	3.241.568	6.688.752	6.107.269
Receita de venda de produtos - mercado externo	6.882.874	6.083.945	13.865.522	12.090.151
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(731.728)	(663.397)	(1.147.930)	(1.074.595)
Receita operacional líquida	10.103.374	8.662.116	19.406.344	17.122.825

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Classificados como				
Despesas com vendas	(625.570)	(693.350)	(1.304.005)	(1.201.107)
Despesas gerais e administrativas	(369.264)	(377.346)	(705.834)	(625.050)
Outras receitas operacionais	(29.837)	(2.604)	(31.311)	(4.322)
Total	(1.024.671)	(1.073.300)	(2.041.150)	(1.830.479)
Despesas por natureza				
Despesas variáveis de venda	(547.645)	(616.439)	(1.193.219)	(1.092.097)
Despesas gerais administrativos e comerciais	(156.536)	(197.437)	(351.456)	(332.156)
Despesas pessoais administrativos e comerciais	(247.814)	(219.485)	(367.099)	(325.067)
Despesas com depreciação e amortização	(42.839)	(37.335)	(98.065)	(76.837)
Outras receitas e despesas operacionais	(29.837)	(2.604)	(31.311)	(4.322)
Total	(1.024.671)	(1.073.300)	(2.041.150)	(1.830.479)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	48.887	47.971	74.897	64.385
Total	48.887	47.971	74.897	64.385
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	(651.782)	(654.651)	(1.046.285)	(951.676)
Outras despesas/receitas financeiras (i)	361.371	(233.154)	423.297	(244.068)
Total	(290.411)	(887.805)	(622.988)	(1.195.744)
Variação cambial líquida	(478.808)	(312.563)	(416.700)	(290.275)
Correção monetária de balanço	-	-	(62.968)	(173.058)
Resultado financeiro líquido	(720.332)	(1.152.397)	(1.027.759)	(1.594.692)

- (i) Refere-se à marcação a mercado dos instrumentos financeiros da Companhia para proteção contra a exposição cambial. A variação entre os períodos comparativos está atrelada a desvalorização do Real frente a outras moedas.

25. Lucro (prejuízo) por ação da Companhia

a) Lucro/prejuízo por ação da Companhia

O lucro (prejuízo) básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

Básico	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	697.092	16.157
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas - milhares	548.427	403.597
Média ponderada das ações em tesouraria	(23.053)	(3.150)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	525.374	400.447
Lucro (prejuízo) básico por ação da Companhia - R\$	1,32685	0,04035

b) Lucro (prejuízo) por ação diluído da Companhia

O lucro (prejuízo) por ação diluído da Companhia é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: debêntures mandatoriamente conversíveis:

Diluído	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	697.092	16.157
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	525.374	400.447
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	525.374	400.447
Lucro (prejuízo) diluído por ação da Companhia- R\$	1,32685	0,04035

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco. Adicionalmente, a Companhia também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Diretoria executiva e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do *Value at Risk* (VaR) e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia.

Vale ressaltar que a Companhia não se utiliza de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira.

a. Política das operações de *hedge* da tesouraria

A execução da gestão da política de *hedge* da Companhia é de responsabilidade da Diretoria de Tesouraria e segue as decisões tomadas pelo Comitê de Riscos, o qual é composto por membros da Diretoria Executiva da Companhia e colaboradores.

A supervisão e o monitoramento do cumprimento das diretrizes traçadas pela política de *hedge* são de responsabilidade da Gerência Executiva de Riscos subordinada à Presidência e ao Comitê de Riscos.

A política de *hedge* da Companhia é aprovada pelo seu Conselho de Administração, e leva em consideração seus dois principais fatores de risco: câmbio e boi gordo.

I. Política de *hedge* cambial

A política de *hedge* cambial visa proteger a Companhia das oscilações de moedas, dividida em dois segmentos:

i) Fluxo

As estratégias de *hedge* de fluxo são discutidas diariamente no Comitê de Mercados.

O *hedge* do fluxo tem como objetivo garantir o resultado operacional da Companhia e proteger o seu fluxo de moedas que não seja o Real, com horizonte de até um ano.

Para a realização desses *hedges* podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: operações de dólar futuro na B3, NDFs, captações em moeda estrangeira, opções e entrada de recursos em dólares.

ii) Balanço

O *hedge* de balanço é discutido mensalmente na reunião do conselho de administração.

A política de *hedge* de balanço tem como objetivo proteger a Companhia de seu endividamento em moeda estrangeira de longo prazo.

A exposição de balanço é o fluxo de dívida em dólares norte-americanos com prazo maior que um ano.

Podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: retenção de caixa em dólares norte-americanos, recompra de bonds, NDFs, contratos futuros na B3, *swaps* e opções.

II. Política de *hedge* de Boi

A política de *hedge* de boi tem como objetivo minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado da Companhia. A política se divide em dois tópicos:

i) Boi a Termo

Com o objetivo de garantir matéria-prima, principalmente para o período de entressafra bovina, a Companhia compra bois com entrega futura e utiliza a B3 para venda de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na B3 e opções sobre contratos futuros de boi gordo na B3.

ii) Trava da carne vendida

Com o objetivo de garantir o custo da matéria-prima utilizada na produção de carne, a Companhia se utiliza da B3 para compra de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina e travando a sua margem operacional obtida no ato da venda da carne.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na B3 e opções sobre contratos futuros de boi gordo na B3.

As tabelas demonstrativas das posições em derivativos

As tabelas demonstrativas das posições em instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas de forma a apresentar os contratados pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de acordo com a sua finalidade (proteção patrimonial e outras finalidades):

Proteção Patrimonial

Descrição	/ mil	Nocional em R\$ mil		Efeito acumulado em R\$ mil		Valor a pagar / (pago)
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Contratos Futuros:	-	-	-	-	-	-
<u>Compromissos de compra</u>	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	3.750	-	15.084	9.490	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	122	357	33.212	70.050	31.090	-
<u>Compromissos de venda</u>	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	1.500	-	6.046	-	-
BGI (arobas)	526	1.629	144.428	320.999	-	6.766
Contratos de Opções	-	-	-	-	-	-
<u>Posição titular - Compra</u>	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	-	825	-	23.843	-	49.573
<u>Posição titular - Venda</u>	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	925	-	141.663	-	-	77.515
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	495	330	4.991	4.488	-	13.464
<u>Posição lançadora - Compra</u>	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	-	825	-	899	56.862	-
<u>Posição lançadora - Venda</u>	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	-	-	-	34.240	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	-	2.145	-	15.307	3.812	-
Contratos a termo	-	-	-	-	-	-
<u>Posição Comprada</u>	-	-	-	-	-	-
NDF (dólar)	850.000	3.458.850	4.417.195	3.426.095	80.151	-
<u>Posição Vendida</u>	-	-	-	-	-	-
NDF (dólar)	244.750	2.344.571	1.271.892	2.360.983	-	64.678

Os valores referenciais são aqueles que representam o valor de base, ou seja, o valor de partida, contratação da operação, para cálculo das posições e do valor a mercado.

Os valores justos foram calculados da seguinte forma:

- **Contratos futuros de venda de DOL:** os contratos futuros de dólar negociados na BM&F possuem valor de U\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) por contrato de notional e ajuste diário, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em dólar pelo dólar de referência para o contrato divulgado pela B3;
- **Contratos futuros de venda BGI:** os contratos futuros de Boi Gordo negociados na B3 possuem valor 330 arrobas, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em reais por arroba pelo valor de referência para o contrato divulgado pela B3;
- **Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Euro):** os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor notional negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX EURO venda divulgada pelo Banco Central;
- **Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Dólar):** Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor notional negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX 800, venda divulgada pelo Banco Central.

Os valores justos foram estimados na data de fechamento das demonstrações contábeis, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

A marcação a mercado das operações em aberto de balcão NDF, *swaps* e opções na B3 – Bolsa – Brasil – Balcão está contabilizada em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nas rubricas “NDF a receber/pagar”, “*swap*” e “Opções a receber” consecutivamente:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2020	31/12/2019
	Marcação a mercado	Marcação a mercado
Opções	429.431	12.124
<i>Swap</i>	350.631	71.699
NDF (EUR+DOL+BOI)	290.067	657.979
Total geral	1.070.129	741.802

b. Riscos de taxas de câmbio e de taxa de juros

O risco de variação cambial e de taxa de juro sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira são administrados podem ser administrados através da utilização de instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsas, ou operações de balcão como *swap*, *Non Deliverable Forwards* (NDFs) e opções.

No quadro a seguir apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção e Administração do risco da exposição cambial:

	Consolidado		
	31/12/2020		
	Moedas		
	Nacional	Estrangeira	Total
Ativo			
Caixa	488	-	488
Bancos conta movimento	516.778	4.271.075	4.787.853
Aplicações financeiras	1.132.777	470.311	1.603.088
Contas a receber de cliente	701.252	1.442.745	2.143.997
Total do circulante	2.351.295	6.184.131	8.535.426
Total ativo	2.351.295	6.184.131	8.535.426
	Consolidado		
	31/12/2020		
	Moedas		
	Nacional	Estrangeira	Total
Passivo			
Financiamentos de curto prazo	584.948	1.431.066	2.016.014
Fornecedores	2.262.100	67.688	2.329.788
Total do circulante	2.847.048	1.498.754	4.345.802
Financiamentos de longo prazo	2.272.303	8.353.850	10.626.153
Total do não circulante	2.272.303	8.353.850	10.626.153
Total passivo	5.119.351	9.852.604	14.971.955
Dívida líquida financeira	2.768.056	3.668.473	6.436.529
Derivativos de proteção cambial - Posição líquida	(369.081)	(701.048)	(1.070.129)
Posição cambial líquida	2.398.975	2.967.425	5.366.400

A posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:

Instrumentos financeiros (líquido)	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2020	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2019
Contratos futuros - DOL (Dólar)	-	9.038
Contratos futuros - BGI (Boi Gordo)	(111.217)	(250.949)
Contratos de opções (Dólar, Boi, Milho e IDI)	146.655	12.124
Contratos de "swaps"	350.631	71.699
NDF (dólar + Euro + boi + ARS)	3.145.303	1.065.112
Total líquido	3.531.372	907.025

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas informações contábeis dos períodos findos 31 de dezembro de 2020 e 2019 por valores aproximados aos de mercado, sendo apropriadas as respectivas receitas e despesas e estão apresentados nessas datas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Ressalta-se que os valores relativos aos pedidos de exportações (compromissos firmes de venda) se referem a pedidos de clientes aprovados ainda não faturados (portanto não contabilizados), mas que já estão protegidos do risco da variação de moeda estrangeira (dólar ou outra moeda estrangeira) por instrumentos financeiros derivativos.

A seguir, estão listados os contratos de NDFs possuídos pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Tipo	Posição	Moeda	Vencimento	Nocional
NDF	Venda	Dólar	01/02/2021	(244.750)
NDF	Compra	Dólar	01/03/2021	850.000

Riscos de créditos

A Companhia é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizado pela pulverização da carteira de clientes, dado que a Companhia não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais.

c. Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, confinamento de gado e celebração de contratos de liquidação futura (balcão e bolsa), que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços:

	31/12/2020
Mercado balcão	Valor justo
Contrato a termo comprado	
Valor Nocional (@)	563.467
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	232
Total R\$/1000	130.567

	31/12/2020
Mercado BM&F	Valor justo
Contrato Futuro Vendido	
Valor Nocional (@)	514.800
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	261
Total R\$/1000	134.495

d. Quadro demonstrativo de sensibilidade de caixa

Os quadros demonstrativos de análise de sensibilidade têm por finalidade divulgar de forma segregada os instrumentos financeiros derivativos que, na avaliação da Companhia, têm o objetivo de proteção de exposição a riscos. Esses instrumentos financeiros são agrupados conforme o fator de risco que se propõem a proteger (risco de preço, taxa de câmbio, crédito etc.).

Os cenários foram calculados com as seguintes premissas:

- **Movimento de alta:** caracteriza elevação nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2020;
- **Movimento de baixa:** caracteriza queda nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2020;

- **Cenário provável:** impacto de 6%; Cenário de oscilação de 25%; e Cenário de oscilação de 50%.

A seguir apresentamos os quadros demonstrativos de sensibilidade de caixa foram elaborados em atendimento à Deliberação CVM nº 475/08, levando em consideração apenas e tão somente as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa:

Operação	Movimento	Risco	Cenário provável oscilação de 6%	Cenário possível oscilação de 25%	Cenário remoto oscilação de 50%
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Boi	(6.673)	(27.804)	(55.608)
Gado	Alta	Boi	7.834	32.642	65.284
Net			1.161	4.838	9.675
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Dólar	(90.828)	(378.450)	(756.901)
Invoices + Caixa - em \$US	Alta	Dólar	151.685	632.020	1.264.040
Net			60.857	253.570	507.139
Invoices - em \$EUR	Alta	Euro	743	3.094	6.188
Net			743	3.094	6.188
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Dólar	52.724	219.684	439.368
Captações em \$US	Alta	Dólar	(103.078)	(429.493)	(858.986)
Net			(50.354)	(209.809)	(419.618)

- **Taxa de câmbio USD 5,1961** – Ptax de venda (Fonte Banco Central);
- **Taxa de câmbio EUR 6,3756** – Ptax de venda (Fonte Banco Central).

Resultado do quadro de proteção patrimonial

- **Derivativos Hedge x Gado:** no cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 1.161, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 4.838 de ganho e na oscilação de 50% de R\$ 9.675 de ganho;
- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em US\$:** no cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma ganho de R\$ 60.857, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 253.570 de ganho e na oscilação de 50% de R\$ 507.139 de ganho;
- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em EUR:** no cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 743, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 3.094 de ganho e na oscilação de 50% de R\$ 6.188 de ganho;
- **Derivativos Hedge e Captações:** no cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$ 50.354, já no cenário com oscilação de 25% perda de R\$ 209.809 e na oscilação de 50% perda de R\$ 419.618;

e. Margem de garantia

Nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia, sendo que para a cobertura das chamadas de margem a Companhia utiliza títulos de renda fixa públicos e privados, como CDBs, pertencentes à sua carteira, dessa forma mitigando impactos em seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores depositados em margem representavam R\$ 45.000.

27. Demonstrações dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do período	697.092	16.157	697.092	16.157
Ajustes acumulados de conversão	(598.352)	(171.703)	(598.352)	(171.703)
Total do resultado abrangente	98.740	(155.546)	98.740	(155.546)
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas controladores	98.740	(155.546)	98.740	(155.546)
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	98.740	(155.546)	98.740	(155.546)

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020 podem ser assim demonstradas:

	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	651.508
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	1.150.328
Veículos e aeronaves	Incêndio e riscos diversos	141.160
Transportes internacionais	Incêndio e riscos diversos	103.934
Responsabilidade civil	Riscos nas operações	20.519
Total		2.067.449

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possui seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.

29. Eventos subsequente

Aumento de capital decorrente do exercício de bônus de subscrição

Conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, independente de reforma estatutária e dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, passando dos atuais R\$ 1.363.695, divididos em 548.418.298 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 1.371.313, divididos em 549.615.080 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal portanto, um aumento no valor de R\$ 7.618, mediante a emissão de 1.196 (mil cento e noventa e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos), nos termos do disposto no item 7.3.28.7 da ata de AGE 15.10.2018, por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência do exercício dos Bônus de Subscrição.

Recompra e Cancelamento BONDS

Em fevereiro último e em linha com a estratégia de aperfeiçoamento da estrutura de capital, a Companhia concluiu o processo de recompra e cancelamento do Bond 2028, no consolidado do ano de 2020, a Minerva recomprou US\$ 85,7 milhões relativos ao Bond 26 e US\$ 31,7 milhões referentes ao Bond 28, totalizando US\$ 117,4 milhões, reiterando o compromisso da Administração com a disciplina financeira, bem como com o processo de desalavancagem da Companhia.